



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIAS

DEPARTAMENTO DE PAISAGEM, AMBIENTE E ORDENAMENTO

**CÂMARA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA – GABINETE DE REABILITAÇÃO
URBANA**

**Contribuições para a Valorização do Património Rural
do Concelho de Albufeira: definição de um percurso
pedonal**

Liliana Filipa da Silva Palhinha

Orientação:

Maria da Conceição Marques Freire

Maria Manuela Gonçalves Leal Santos

Mestrado em Arquitetura Paisagista

Relatório de Estágio

Évora, 2014



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIAS

DEPARTAMENTO DE PAISAGEM, AMBIENTE E ORDENAMENTO

**CÂMARA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA – GABINETE DE REABILITAÇÃO
URBANA**

**Contribuições para a Valorização do Património Rural
do Concelho de Albufeira: definição de um percurso
pedonal**

Liliana Filipa da Silva Palhinha

Orientação:

Maria da Conceição Marques Freire

Maria Manuela Gonçalves Leal Santos

Mestrado em Arquitetura Paisagista

Relatório de Estágio

Évora, 2014

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais por me apoiarem sempre nas minhas decisões e por me terem dado esta grande oportunidade, pois sempre fizeram um grande esforço para me dar o melhor que podiam.

Aos meus irmãos, pela força e conselhos que me transmitiram.

À Professora Doutora Maria Freire, por toda prestabilidade, apoio e orientação prestados ao longo da execução deste trabalho, sem os quais não teria sido possível.

À Arquitecta Paisagista Manuela Santos, pelo apoio e disponibilidade que sempre demonstrou.

A todos os docentes do curso de Arquitectura Paisagista da Universidade de Évora, por tudo o que me transmitiram, pela exigência e pela preocupação em demonstrar um bom exemplo para construir bons profissionais.

À minha colega Carla Rodrigues, uma das pessoas que sempre me acompanhou ao longo deste percurso, pela amizade, camaradagem, pelas trocas de informação e ideias.

Ao meu colega Orlando Guerreiro, pelo companheirismo, pela disponibilidade que sempre demonstrou e pela ajuda e apoio que me facultou neste trabalho, em particular.

Aos restantes colegas, que sempre procuraram ajudar em tudo o que pudessem.

RESUMO

O espaço rural tem vindo a sofrer, nas últimas décadas, transformações bastante acentuadas. Estas transformações resultam dos processos de urbanização e da evolução das técnicas, processos que têm vindo a comprometer a continuidade da tradicional actividade agrícola. Esta apresenta um significado não só produtivo, mas também recreativo, cultural e de proteção - é uma actividade fundamental na preservação do espaço rural, onde se incluem os bens e actividades e as tradições.

O concelho de Albufeira é um território que tem vindo a ser alvo de grandes transformações, resultantes do processo crescente de pressão urbanística e turística, actividades que se têm vindo a afirmar e caracterizar a economia do mesmo.

Partindo da compreensão das transformações da paisagem operadas no concelho, caracterizam-se alguns elementos e estruturas paisagísticas que importa valorizar no espaço rural, incidindo-se para tal numa área de estudo - freguesia de Albufeira e Olhos de Água - e termina-se com a valorização destes elementos paisagísticos, através da proposta de um percurso pedonal, com o objectivo de valorizar o património rural.

Palavras-chave: espaço rural, espaços agrícolas, património hidráulico, percursos

ABSTRACT

Contributions for the valorization of the rural heritage of Albufeira municipality: definition a pedestrian route

The countryside is undergoing sharp changes in the last few decades. These transformations are resulting in urbanization processes and the evolution of techniques, processes that have come to compromise the continuity of traditional farming. This last presents itself not only as a productive meaning but also recreational, cultural and protective – it is a fundamental activity in the preservation of the countryside, where goods, activities and traditions are included.

The municipality of Albufeira is a territory targeted of major transformations as a result of the growing urban and touristic pressure. These last activities have come to characterize the municipality and its economy.

Based on the understanding of landscape transformations, we characterize elements and structural landscape structures that are of value in rural areas, focus points and study areas as – Town of Albufeira and Olhos de Água – ending with valuation of these landscape features, through the proposal of a route, in order to enhance the rural heritage.

Keywords: rural area, agricultural areas, hydraulic heritage, routes.

LISTA DE ABREVIATURAS

CAOP – Carta Administrativa Oficial de Portugal

CEAP – Centro de Estudos de Arquitetura Paisagista

CLC – Corine Land Cover

CMDFCI - Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios do concelho de Albufeira

DGADR – Direcção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural

DRAOT – Direcção Regional do Ambiente e Ordenamento do território

DRAPALG – Direcção Regional da Agricultura e Pescas do Algarve

EUROSTAT – European Statistics

ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

INE – Instituto Nacional de Estatística

PAC – Política Agrícola Comum

PDM – Plano Diretor Municipal

PEDAP - Programa Especifico de Desenvolvimento da Agricultura Portuguesa

PROT – Plano Regional de Ordenamento do Território

POADR – Programa Operacional Agricultura e Desenvolvimento Rural

RAN – Reserva Agrícola Nacional

RAEPDM – Relatório de Avaliação de Execução do Plano Diretor Municipal de Albufeira.

REN – Reserva Ecológica Nacional

INAG – Instituto Nacional da Água

SAU – Superfície Agrícola Útil

INDICE	
Agradecimentos	1
Resumo	2
Abstract	3
Lista de abreviaturas	4
Índice	5
Índice de figuras	6
Introdução	8
1. Conceitos	11
2. A paisagem do concelho de Albufeira	16
2.1 Aspetos de caraterização geral	17
2.2 Caraterização biofísica e paisagística	18
2.3 A transformação da paisagem	27
2.3.1. Políticas e instrumentos de ordenamento da paisagem e do território	27
2.3.2. Evolução do uso do solo	34
3. Caso-estudo – A paisagem na freguesia de Albufeira e Olhos de Água	37
3.1 Identificação e caracterização de alguns elementos paisagísticos com significado na valorização da paisagem rural	38
3.1.1. Espaços Agrícolas	38
3.1.2. Património Natural	42
3.1.3. Elementos e estruturas do património hidráulico	48
3.1.4. Rede de Caminhos Rurais	50
3.2 Proposta de um percurso em espaço rural	53
Conclusão	72
Bibliografia	74
Anexos	79

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Enquadramento geográfico do concelho de Albufeira	17
Figura 2 - Concelho de Albufeira - Divisão administrativa	17
Figura 3 – Sub-regiões morfo-ecológicas da região do Algarve	19
Figura 4 – Barrocal – solos calcários	19
Figura 5 – Povoamento concentrado	20
Figura 6 – Povoamento com distribuição desorganizada	21
Figura 7 – Grupos de Unidades de Paisagem de Portugal Continental	21
Figura 8 – Unidades de Paisagem	25
Figura 9 – Evolução do Uso do solo do concelho de Albufeira	35
Figura 10 - Superfície agrícola utilizada – SAU	36
Figura 11 – Localização da área de estudo	38
Figura 12 – Distribuição e tipologia de áreas agrícolas	39
Figura 13 – Pomar de citrinos na várzea de Quarteira	40
Figura 14 – Pomar de sequeiro de amendoeira	41
Figura 15 – Pomar de sequeiro de figueira	41
Figura 16 – Património natural da freguesia de Albufeira/Olhos de Água	43
Figura 17 - <i>Scilla odorata</i>	44
Figura 18 - <i>Tuberaria major</i>	44
Figura 19 - <i>Thymus lotocephalus</i>	44
Figura 20 – Ribeira de Quarteira – galeria ripícola	44
Figura 21 – Faixa costeira de Albufeira	47
Figura 22 – Elementos e estruturas construídas do património hidráulico e áreas agrícolas	49
Figura 23 - Poço de Paderne	50

Figura 24 – Levada na Várzea de Quarteira	50
Figura 25 - Rede viária e caminhos rurais	52
Figura 26 e 27 - Caminhos rurais da várzea da Ribeira de Quarteira	52
Figura 28 - Esquema conceptual das relações – interior e litoral	53
Figura 29 – Esquema conceptual de ligações - transversais e longitudinais	54
Figura 30 – Enquadramento do percurso face à hidrografia e fisiografia	56
Figura 31 - Enquadramento do percurso face ao uso do solo	57
Figura 32 – Troço 1 - Percurso dos Cerros	59
Figura 33 – Pomar misto de sequeiro – caminho Cerro de Águia	60
Figura 34 - Ponto de vista dominante – caminho Cerro de Águia	61
Figura 35 – Encosta – caminho Cerro de Águia	61
Figura 36 – Caminho da Baleeira	61
Figura 37 – Vista da Rua do Farol	62
Figura 38 – Troço 2 – Percurso dos citrinos	64
Figura 39 – Proximidade com as culturas agrícolas – caminho de Paiva	65
Figura 40 – Pomar de citrinos – caminho de Paiva	65
Figura 41 – Vista em Vale de Azinheira – caminho Vale da Azinheira	65
Figura 42 – Poço de Paderne – estrada de Brejos	66
Figura 43 – Percurso onde se colhe a sensação de fechamento	66
Figura 44 – Vista da encosta – estrada de Brejo	67
Figura 45 – Troço 3 - Percurso da Várzea de Quarteira	68
Figura 46 – Várzea de Quarteira - caminho do Banco	69
Figura 47 – Pomar de citrinos – caminho do Banco	69
Figura 48 – Vista para Vilamoura – estrada da Rocha Baixinha	70
Figura 49 – Margens desprovidas de vegetação arbórea	70
Figura 50 - Contato físico com a praia da Rocha Baixinha	71

Introdução

O processo de expansão urbana, que teve origem na revolução industrial e que tem conduzido a uma urbanização extensiva e difusa, tem vindo a adquirir grande relevância nas últimas décadas. Em consequência deste processo, a dicotomia entre cidade e campo dissipa-se e a ideia de paisagem global é cada vez mais presente. Surge assim, a necessidade de encontrar um equilíbrio e uma harmonia entre tais realidades cada vez mais interdependentes.

Devido ao crescimento e desenvolvimento das comunidades, às decisões políticas que temos vindo a assistir desde os anos 60, o espaço rural tem vindo a ser crescentemente prejudicado, no que diz respeito ao seu equilíbrio ecológico e matriz cultural. Para tal contribuíram factores como o aumento do êxodo rural, a modernização da agricultura, a expansão das monoculturas para fins agro-industriais, a especialização da economia, entre outros fatores. Esta desvalorização crescente do espaço rural é uma realidade que começa a ser consensual, e que deverá ser cessada, através de uma valorização global da paisagem, atendendo-se a todos os seus componentes naturais e culturais e dinâmicas associadas, numa perspectiva de sustentabilidade.

A paisagem do Algarve pela situação geográfica e características biofísicas e paisagísticas excepcionais foi, desde os anos 70, palco de forte interesse económico particularmente assente no seu potencial turístico.

É com base na sequência desde factos que olhamos para a pertinência do trabalho de valorização do património rural do concelho de Albufeira, que nos foi proposto realizar, ao nível do estágio, no âmbito da conclusão do mestrado em arquitectura paisagista, na divisão de planeamento da Câmara Municipal de Albufeira (CMA), durante o período compreendido entre os meses de Fevereiro e Agosto de 2014.

O objectivo do estudo agora apresentado é assim a valorização do património rural (natural e cultural) e, conseqüentemente, a preservação da ruralidade que se tem

vindo a perder no concelho, devido á afirmação do turismo, através da proposta de um percurso pedonal. O estudo assentou nas seguintes orientações fornecidas pela CMA:

- Realçar a importância do espaço rural;
- Preservar e valorizar os recursos paisagísticos;
- Valorizar o espaço agrícola na perspectiva económica, cultural e ecológica;
- Destacar a particular importância que o património hidráulico tem na preservação do espaço rural.

A metodologia seguida na apresentação deste relatório procura, no essencial, refletir o processo de trabalho que usámos.

Numa primeira fase, exploram-se alguns conceitos envolvidos na temática estudada: paisagem, paisagem urbana e rural, *continnum naturale*, *continnum culturale*, paisagem global e património.

Numa segunda fase desenvolve-se uma caracterização da paisagem do concelho de Albufeira, considerando em primeiro lugar aspectos de caracterização geral e em segundo uma abordagem mais específica, incluindo elementos de caracterização biofísica e paisagística. Esta leitura foi complementada, com a compreensão e interpretação das grandes transformações da paisagem, procurando-se perceber os seus fundamentos.

Na terceira e última fase, centrámo-nos numa área mais restrita, que nos foi dada como área em estudo – a freguesia de Albufeira e Olhos de Água – pois é a que está mais sujeita às pressões urbanística e turística. Entre os motivos que levaram à sua escolha encontra-se a falta de sensibilização para a preservação do património rural e a necessidade de valorização da rede de caminhos rurais existentes; de que são exemplificativos a inexistente sinalização desses percursos e do património natural e cultural, o crescente abandono do espaço rural, a marcada pressão urbana e a desqualificação geral da paisagem. Nesta fase consideraram-se elementos a valorizar - os espaços agrícolas, o património natural, os elementos e estruturas do património hidráulico e os caminhos rurais – os elementos e estruturas que mais se relacionam

com os objectivos do trabalho. Para a concretização da proposta, efectuou-se uma leitura de síntese, onde se articulam os elementos a valorizar, colocando em destaque as inter-relações, as potencialidades e os problemas e culminou-se, por fim, na apresentação da proposta de um percurso pedonal para a freguesia de Albufeira e Olhos de Água, com o objectivo de a valorização do património rural (natural e cultural), criando a ligação do rural com o litoral.

1. Conceitos

Inicia-se a nossa reflexão com um conjunto de conceitos que se consideram basilares ao estudo realizado, nomeadamente os conceitos de paisagem, paisagem rural, paisagem urbana, paisagem global, *continuum naturale*, *continuum culturale* e património.

No Renascimento, o termo **paisagem** surge ligado à acepção pictórica ou cenográfica que lhe foi atribuída pelos pintores de paisagens - significava então aquilo que o olhar alcança e estava conotado, como um espaço mais ou menos naturalista (Magalhães, 2007). Entre os séculos XVII a XIX o termo adquiriu um significado de “natureza perdida pelo homem industrial”, onde deixa de ser um conjunto de impressões, passando a incluir os processos de humanização, sejam estes ligados às atividades rurais, seja às actividades urbano-rurais (Magalhães, 2007).

Com base no conhecimento que foi sendo adquirido sobre os elementos que integram a paisagem, a acepção do termo paisagem foi-se tornando cada vez mais complexa, integrando vários domínios - estéticos, culturais, ecológicos e éticos.

Atualmente, a paisagem é entendida como aquilo que se vê e simultaneamente, caracterizada por aquilo que não se vê, ou seja, a imagem é o resultado da relação entre os factores naturais e humanos e, por sua vez, essa imagem é interpretada e entendida com base no conhecimento do observador (Magalhães, 2007). Para esta leitura foram determinantes as definições realizadas por alguns arquitetos paisagistas, entre os quais se destaca Francisco Caldeira Cabral (1973) que afirma, “ Paisagem é a figuração da biosfera e resulta da acção complexa do homem e de todos os seres vivos – plantas e animais – em equilíbrio com os factores físicos do ambiente” – aqui é reforçada a correlação dos factores naturais (biológicos, físicos e químicos) com os humanos.

Na Convenção Europeia da Paisagem, a “Paisagem designa uma parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo carácter resulta da acção e da interacção dos factores naturais e ou humanos” (Convenção Europeia da Paisagem, 2005: 1025)

O conceito de paisagem foi assim evoluindo ao longo do tempo, uma dinâmica que afinal é intrínseca à própria paisagem. Numas situações afirma-se mais pelas suas

características naturais, outras pelas culturais, estando-lhe associados espaços rurais e espaços urbanos. Sempre que a componente natural é dominante e lhe estão associadas atividades com carácter mais agrícola e/ou florestal (integrando predominantemente as ditas funções produtivas e/ou de conservação) toma a designação de **paisagem rural**. Aqui é dominante o espaço rural o qual inclui então “todas as actividades agrárias (de produção), de conservação da natureza (matas, matos, sebes, pousios, etc.) e de recreio” (Magalhães, 2007: 107).

Corresponde-lhe assim a expressão de um espaço vivido pelo Homem, onde a biodiversidade e a multifuncionalidade são muito significativas à sua sustentabilidade. Já o conceito de ruralidade nasce então dessas atividades e ambientes, inicia-se com o ato de criação de espaço agrícola sobre a natureza (Telles, 2001).

Sempre que a paisagem é predominantemente constituída por elementos artificiais, construídos pelo Homem, designa-se por **paisagem urbana** (Magalhães, 2007). Neste contexto tal espaço artificializado inclui outras atividades e funções dominantes - é o espaço em que se habita, de sociabilidade, de comércio, serviços e de transformação de produtos. A cidade tradicional é essencialmente compacta e organiza-se segundo “um centro religioso, administrativo e judicial, nela se desenvolve comércio, artes e os ofícios” (Telles, 2011: 479), concentra assim um conjunto de actividades que o mundo rural não padece. Em contraponto, a cidade contemporânea alastra-se, fragmenta-se e dispersa-se.

No processo de transformação das cidades foi determinante o êxodo rural. Decorrente da necessidade de sustentar tanto os trabalhadores da cidade como os que vinham do meio rural, começaram então a surgir indústrias e novas áreas residenciais, que naturalmente vêm ocupar a periferia urbana mais livre, muitas vezes com destruição dos sistemas naturais (e também dos culturais de génese rural) que lhe estão subjacentes. Em consequência dessa dinâmica as áreas urbanas começaram a crescer de uma forma descontrolada, de um modo mais ou menos disperso, acabando por se quebrar a dicotomia existente entre campo e cidade (CFCUL, 2011).

Como vimos, campo e cidade suportam tradicionalmente atividades distintas, motivo porque os há que articular, uma ligação que é principalmente sustentada no facto deles serem dependentes um do outro (CFCUL, 2011).

Esta corresponde à principal fundamentação apresentada por Ribeiro Telles para que a paisagem da atualidade assenta-se no conceito de paisagem global. Uma leitura que consiste na interligação entre espaço rural e o espaço urbano, de modo a assegurar auto-suficiência local, regional e nacional, em produtos agrícolas, saúde, cujos espaços de produção devidamente integrados no conjunto da paisagem, permitindo assim um maior contacto entre os diferentes modos de vida, actividades, funções e pessoas (Telles, 1996).

Para a verdadeira união entre estes dois espaços, como vimos, no passado bem definidos e na atualidade marcadamente partilhados, é necessário assegurar continuidades. Desde logo a continuidade natural expressa no conceito de *continuum naturale* definido em 1980 por Caldeira Cabral como “ (...) o sistema contínuo de ocorrências naturais que constituem o suporte da vida silvestre e da manutenção do potencial genético e que contribui para o equilíbrio e estabilidade do território” conceito que foi posteriormente introduzido na Lei de Bases do Ambiente (Lei nº11/87 de Abril, Art. 5º, 2 d). Mas também a continuidade expressa no *continuum cultural*, a que corresponde “ a uma estrutura cultural que pode ser constituída pelos espaços edificadas e pelas vias que os interligam”, como um sistema “arterial” contínuo (Magalhães, 2007:109).

Assim, para garantir a continuidade e ligação cidade-campo é necessário enaltecer o valor intrínseco de ambos, manter a diversidade, manter vivas as suas características naturais e culturais mais genuínas, que são o seu património.

A noção de **património** inclui “(...) o material e o imaterial, o edificado e o natural, o passado e o presente. E pode também conter o futuro” (Lopes, 2012: 2). O património é símbolo das identidades, saberes e particularidades, a sua riqueza e diversidade é uma fonte e um ponto de partida para o desenvolvimento e preservação local do meio. O património contém a história do seu povo, dos seus costumes, a forma de trabalhar e de viver (Lopes, 2012).

O progresso e o desenvolvimento das 'coisas' e dos lugares está na preservação das suas memórias, da sua história, da forma como as suas gentes se relacionam com o meio, está na condução de um passado adaptado às necessidades e transformações do presente, com afirmação da sua presença e das suas características mais genuínas.

2. A paisagem do concelho de Albufeira

2.1. Aspectos de caracterização geral

O concelho de Albufeira localiza-se no distrito de Faro, no extremo oriental do barlavento Algarvio. É limitado a Este pelo concelho de Silves, a Oeste e Norte pelo concelho de Loulé e a Sul pelo Oceano Atlântico (Figura 1).

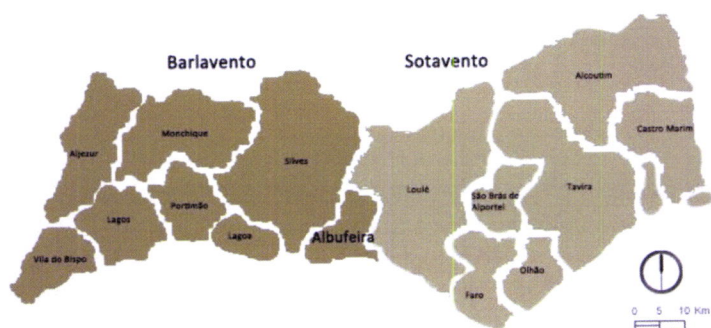


Figura 1 - Enquadramento geográfico do concelho de Albufeira

O município de Albufeira abrange uma área de aproximadamente 14057ha e é organizado em 4 freguesias: Albufeira e Olhos de Água (4118ha), Guia (2860ha), Paderne (5256ha) e Ferreiras (2013ha) (CMDFCI de Albufeira, 2007; CAOP, 2014) (Figura 2).



Figura 2 - Concelho de Albufeira - Divisão administrativa

Com uma área de ocupação de apenas 3% do território algarvio, Albufeira representa quase 9% da população algarvia. Na última década registou-se um aumento populacional significativo, uma vez que em 2001 a densidade populacional era de 224 habitantes/km², registando-se em 2011 mais 23%. O concelho possui a mais elevada densidade populacional da região do Algarve, com 290 habitantes/km². Este valor não se manifesta uniformemente pelo território concelhio, sendo perceptíveis as oposições entre as freguesias de carácter predominantemente urbano e as de cariz predominantemente rural (INE, 2011). A título exemplificativo veja-se Albufeira/Olhos de Água, uma freguesia de cariz urbano e Paderne nomeadamente com densidades populacionais de 652 e de 63 habitantes/km².

Relativamente à estrutura etária da população, os dados para a região e concelho são muito idênticos. Cerca de 15% de população jovem. Ao nível das freguesias as diferenças são mais notórias, Albufeira/Olhos de Água com 34% e Ferreiras com 17%, as freguesias com mais população jovem e Paderne com 12% e Guia com 15%, pois são as freguesias mais interiores (CMDFCI de Albufeira, 2007).

2.2. Caracterização biofísica e paisagística

O facto de se tratar de um concelho marcadamente litoral determina-lhe que integre na sua paisagem duas unidades muito distintas, uma pequena área do Barrocal mais a norte e grande parte de faixa litoral, mais a sul (Figura 3). A freguesia de Paderne é a que abrange maior área de Barrocal (a norte e a este) e a freguesia de Ferreiras abrange também uma pequena área a norte.

A unidade de paisagem do barrocal caracteriza-se essencialmente pelo relevo ondulado, a que se associa um sistema agro-florestal, pela presença maioritária de solos calcários (facilmente identificável pelo vermelho escuro e pela constante presença de afloramentos rochosos, que têm grande destaque pelo contraste das suas cores claras) (Abreu, Correia e Oliveira, 2004) (Figura 4). O povoamento é

relativamente denso e disperso, distribuindo-se ao longo das estradas. Outras características marcantes desta paisagem incluem os muros de pedra, resultante da despedrega, e a diversidade cromática, originada pela riqueza em plantas aromáticas.

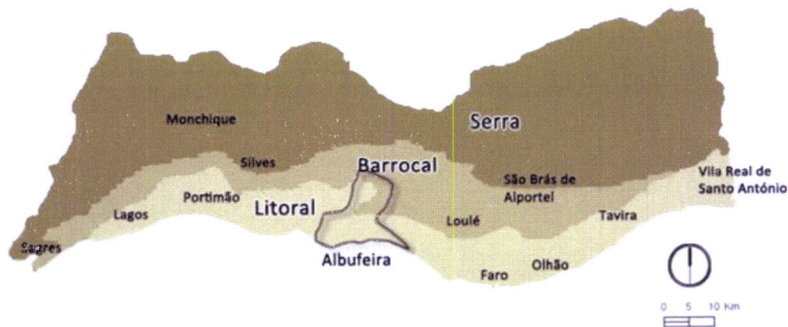


Figura 3 – Sub-regiões morfo-ecológicas da região do Algarve – A serra, o barrocal e a faixa litoral.



Figura 4 – Barrocal – solos calcários

A agricultura tem uma expressão muito particular, pelos extensos pomares de sequeiro (a figueira, a alfarrobeira, a amendoeira e a oliveira), e ainda as hortas e os pomares de citrinos, que ocorrem essencialmente em torno dos principais aglomerados.

Entre os valores do Barrocal destacam-se a área classificada como o Sítio barrocal Rede Natura 2000 (PTCON0049), com uma área de 1754h. Esta classificação concreta tem como objetivo preservar a paisagem agro-florestal, onde prevalece a exploração do tradicional pomar de sequeiro (figueira, amendoeira, oliveira e alfarrobeira), mas

também as manchas de vegetação espontânea associada aos afloramentos rochosos, áreas de declive acentuado e outras áreas de interesse natural (CCDRA, 2007).

Na faixa litoral o relevo é maioritariamente plano e os solos apresentam uma capacidade agrícola muito reduzida junto à faixa costeira. Nestas áreas, predominantemente edificadas, domina o comércio, a actividade turística e a indústria pesqueira (Figura 5). Uma grande característica desta unidade são as formas litorais, geradas pelo contacto com o mar que, devido às características do solo, são facilmente trabalhados pela erosão (Lema e Rebelo, 1996).



Figura 5 – Povoamento concentrado

Nesta unidade de paisagem existe uma forte relação visual com o mar, não só resultante da proximidade da faixa costeira como também da presença de alguns pontos mais elevados (a norte, mais próximos ao Barrocal) (Abreu, Correia e Oliveira, 2004). De um modo mais pontual ocorre alguma vegetação arbórea, como a alfarrobeira, a figueira e a amendoeira.

De uma forma geral esta paisagem caracteriza-se pela presença de espaços edificados concentrados ao longo de uma faixa contínua sendo mais densos junto ao mar e mais dispersos na direcção das terras mais interiores. Devido à significativa presença de elementos construídos e edificados – onde é muito variável a diversidade tipológica dos edifícios, a tipologia das vedações, entre outros elementos e estruturas – e também devido ao modo como estes se distribuem ou organizam, de forma incoerente e desordenada, a paisagem apresenta uma imagem desorganizada (Figura 6).



Figura 6 – Povoamento com distribuição desorganizada

A ocupação turística é dominante numa parte significativa da sua área, nomeadamente na freguesia de Albufeira/Olhos de Água. Na parte mais do interior, as áreas urbanas surgem de forma mais dispersa, alternadas com áreas agrícolas (muitas destas abandonadas, sobretudo nas situações de culturas de sequeiro). Ainda a Norte, observa-se que a paisagem vai assumindo progressivamente um carácter mais rural. Mantêm-se algumas áreas agrícolas, por vezes com alternância de sequeiro e regadio, resultando um mosaico característico com interesse, com a integração paisagística das edificações.

A leitura da paisagem antes efetuada - barrocal e faixa litoral - normalmente explicada nos estudos realizados para esta região é-nos confirmada no Estudo das Unidades de Paisagem de Portugal Continental¹ (Abreu, Correia e Oliveira, 2004) (Figura 7).

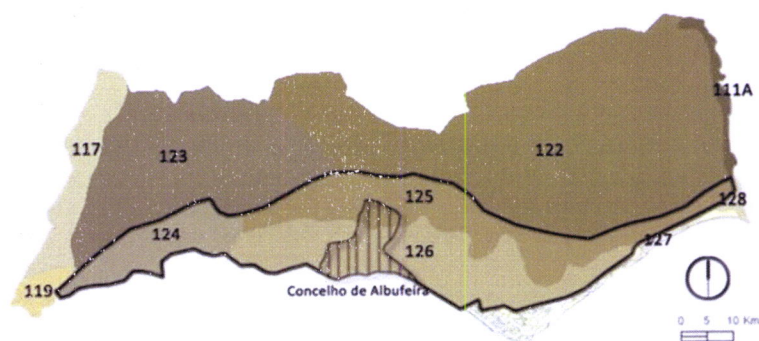


Figura 7 – Grupos de Unidades de Paisagem de Portugal Continental – adaptado de Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental (Abreu, Correia e Oliveira, 2004).

¹ O concelho de Albufeira enquadra-se no grupo das unidades V – Algarve e abrange parte das unidades 125 – Barrocal Algarvio a Norte e 126 – Litoral do Centro Algarvio ao centro e a Sul.

O clima apresenta características marcadamente mediterrânicas com verões quentes e invernos muito suaves.

Com base nos dados meteorológicos ² assinala-se para o concelho de Albufeira a seguinte síntese climática:

- Valores médios mensais de temperatura do ar que variam entre os 12° e os 23°, (os médios máximos entre os 16° e 28° e as médias mínimas entre os 8° e os 18°);
- A precipitação anual no concelho de Albufeira é em média 489 mm por ano. Existe uma quebra bastante acentuada nos valores de precipitação, nos meses de Maio a Setembro, sendo os meses mais secos Julho e Agosto que não chegam a atingir os 3 mm e Dezembro e Janeiro são os meses mais húmidos com uma precipitação média de 78 mm mensais.
- Os ventos dominantes são provenientes do quadrante ocidental, em particular de Noroeste. Os valores mais acentuados sucedem no período de Maio a Agosto, altura em que os ventos provenientes de leste também se tornam bastante frequentes. As velocidades médias mais elevadas estão associadas ao quadrante leste, mais concretamente à direcção Este (chega a atingir velocidades médias da ordem dos 20 km/h).
- Os nevoeiros são raros, mas a humidade relativa é forte e quase permanente. A nebulosidade é fraca durante todo o ano e as trovoadas muito raras e a alternância diária da brisa da terra e do mar é bastante frequente.

Na sequência desta caracterização paisagística e climática efetuada, procede-se a uma leitura mais específica, com atenção aos componentes naturais e culturais, mais

² Em Albufeira não se encontra nenhuma estação meteorológica, logo foi necessário recorrer aos registos da estação da Praia da Rocha (Portimão) e da Zona do Aeroporto (Faro), ambas localizadas a uma distância aproximada de 25 km do Concelho de Albufeira. As últimas recolhas realizadas, pelo instituto nacional de meteorologia, compreende o período de 30 anos, desde 1961 a 1990.

presentes no concelho de Albufeira, na qual podemos confirmar algumas características particulares associadas ao barrocal e á faixa litoral.

Na leitura da faixa litoral encontram-se as cotas mais baixas, progredindo em direcção ao interior (norte e centro) onde variam entre os 100 e 200 metros, mostrando um relevo mais ondulado, característico da paisagem do barrocal, com a cota máxima de 255 metros na freguesia de Paderne (Anexo 1) (CMDFCI de Albufeira, 2007).

O relevo é de um modo geral pouco acidentado, o que é característico da paisagem da faixa litoral. A norte ocorrem declives mais acentuados associados, em particular às encostas dos cursos de água como a Ribeira de Quarteira e a Ribeira de Algibre (Anexo 2).

Da rede hidrográfica³ salienta-se a Ribeira de Espiche (no extremo sudoeste do concelho), as ribeiras de Ataboeira e Vale de Paraíso (na zona central) e as ribeiras de Alte e Algibre (a norte, que confluem na Ribeira de Quarteira que se estende para sul) (Anexo 3) (CMDFCI de Albufeira, 2007).

A presença de áreas urbanas e a expressão da impermeabilização da faixa litoral são especialmente significativas no concelho. As áreas edificadas ocorrem de um modo mais expressivo na faixa litoral dispersando-se em direcção ao barrocal, onde surgem intercaladas com áreas agrícolas e agro-florestais e ainda florestas e meios naturais e semi-naturais. A mesma situação é naturalmente observada com a rede viária, que se intensifica na área mais litoral (anexos 4 e 5).

Esta é constituída por um conjunto de rodovias e ferrovias, entre as quais se destacam, as vias nacionais que estabelecem a ligação da região com Lisboa, a A2 (auto-estrada - Lisboa-Algarve) e o IC1 (Itinerário Complementar entre Lisboa e Algarve).

À escala regional destaca-se a Via do Infante e as Estradas Nacionais 125 e 395, que estabelecem ligações, designadamente entre Vila Real de Santo António e Vila do Bispo e Albufeira – Ferreira – Paderne. Dentro do concelho assumem maior relevância as estradas municipais EM 526 e EM 526-1, que estabelecem ligações no sentido

³ O concelho de Albufeira está inserido na região hidrográfica das Ribeiras do Algarve (RH8), mais concretamente na bacia de Sotavento

poente (Guia e Armação de Pêra) e nascente (Patã e Loulé); e ainda o caminho municipal CM 1289 que efetua a ligação da sede do concelho com Loulé.

A linha férrea do sul, de ligação entre Faro e Lisboa, percorre o concelho de Albufeira nas freguesias de Albufeira/Olhos de Água e Ferreiras e apresenta uma estação na freguesia de Ferreiras. (RAEPDM, 2004) (Anexo 4).

Os solos são predominantemente arenosos, com destaque para os solos litólicos e mediterrâneos, que se caracterizam por possuírem uma camada superficial arenosa relativamente pobre em argila (Gaspar, 1993).

No Barrocal destacam-se os solos calcários, os mediterrâneos e uma grande área de solos de aluvião, associado à Ribeira de Quarteira (Anexo 6).

Do ponto de vista hidrogeológico verificam-se áreas de permeabilidade maioritariamente variável (compreendida entre os 5 e os 10 l/s) e medíocre (inferior aos 5 l/s) (Anexo 7).

Após esta breve explicitação mais sectorial de alguns componentes da paisagem, seguiremos agora no sentido de uma leitura mais detalhada de unidades de paisagem, face à mais geral, que inicialmente convocámos para a compreensão da paisagem do concelho. A estas unidades “correspondem as áreas com características relativamente homogéneas no seu interior, não por serem exactamente iguais em toda a área, mas por terem um padrão específico que se repete e que diferencia a unidade em causa das envolventes” (Abreu e Correia, 2001: 199). O objetivo desta definição foi a obtenção de uma visão holística, relacionando os componentes naturais e humanos com expressão na paisagem, de ajuste das unidades de paisagem já trabalhadas, agora contempladas a uma escala de maior detalhe.

Nesta interpretação global e integradora foram definidas três unidades de paisagem (Figura 8):

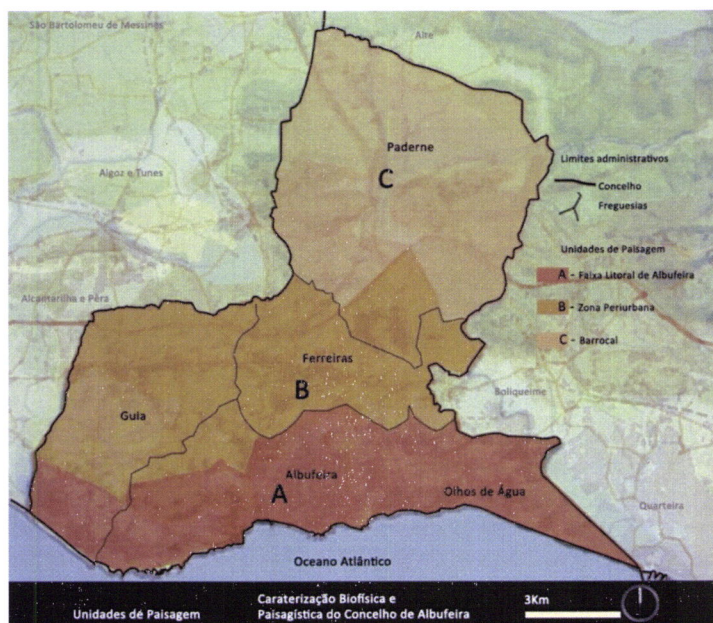


Figura 8 – Unidades de Paisagem – Elaboração do autor

Faixa litoral de Albufeira (A) abrange quase a totalidade da freguesia de Albufeira/Olhos de Água e parte da freguesia da Guia e está compreendida entre a Ribeira de Espiche e a Ribeira de Quarteira. É uma unidade caracterizada por um relevo suave, ou seja, com uma altimetria que varia em grande parte entre os 20 e os 100 metros, por declives com inclinações que variam maioritariamente entre 0% aos 16% e por solos litólicos e mediterrâneos (arenosos).

Inclui o troço final de três ribeiras, a Ribeira de Espiche, a Ribeira de Quarteira e a Ribeira de Albufeira.

Esta unidade distingue-se particularmente pela presença de espaços artificializados, que ocupam aproximadamente 50% da área desta unidade, correspondem assim às áreas edificadas concentradas e a uma densa rede de vias de comunicação, justificando a pouca representatividade das áreas agrícolas e agro-florestais, uma situação que é motivada pela posição litoral muito sujeita às pressões humanas. Estas características justificam a escassa presença de componentes de grande valor ecológico, pois as áreas de REN e RAN ou outras condicionantes naturais não são muito presentes.

Zona Periurbana (B) – rural - urbano abrange parte das freguesias de Albufeira/Olhos de Água, Guia, Paderne e a totalidade de Ferreiras. O relevo nesta unidade apresenta variações altimétricas que alternam em grande parte, entre os 50 e os 100 metros, de onde resulta uma imagem morfológicamente constante sendo os declives na sua maioria entre 0% e os 8% e os solos são maioritariamente mediterrâneos.

Esta área distingue-se essencialmente pela distribuição fragmentada das áreas edificadas e pela dispersão das vias de comunicação, sendo as áreas urbanas mais densas as dos núcleos urbanos de Guia e de Ferreiras. Por outro lado, as áreas agrícolas e florestais são muito expressivas, ocupando uma área aproximada de 80%.

É uma unidade de elevado valor ecológico, onde se verifica uma grande sensibilidade no que diz respeito aos elementos naturais, essencialmente devido à presença marcante dos solos calcários e à presença de áreas de elevada riqueza biológica, com particular destaque da zona norte de Ferreiras. É deste modo uma unidade com aproximadamente 90% do seu território condicionado pela RAN e 60% pela REN.

Barrocal (C) abrange a maior parte da freguesia de Paderne. O relevo apresenta grandes contrastes, com cotas que variam entre os 50 e os 300 e com declives entre os 0% e os <25%. Inclui um troço final da Ribeira de Quarteira, que conflui (na zona central), com a Ribeira de Algibre, particularmente importante.

Esta unidade distingue-se pelas suas características biofísicas e padrão que lhe é característico, sendo a que apresenta maior valor ecológico especialmente decorrente da presença significativa dos solos de aluvião associados á Ribeira de Quarteira. A sensibilidade existente relativamente aos elementos naturais particularmente presentes e o afastamento do litoral determina que, aqui a ocupação edificada não apresente impactes significativos na paisagem (Paderne a área urbana com maior expressão). Verifica-se ainda, o domínio das áreas de floresta e de meios naturais e semi-naturais e com muito pouca expressão as áreas agrícolas junto às linhas de água.

Deste modo é a unidade com maior área de REN que está associada á grande presença dos solos de aluvião na Ribeira de Quarteira que corresponde ao SIC proposto pela

Rede Natura 2000.O sic Barrocal também presente, abrange uma área aproximada de 70%.

2.3. A transformação da paisagem

2.3.1. Políticas e instrumentos de ordenamento da paisagem e do território

Neste ponto pretende-se conhecer as principais transformações associadas à paisagem. Tal transformação decorre de um conjunto diverso de dinâmicas - políticas, económicas, sociais e ambientais -, que decorreram nas últimas décadas, particularmente assentes nas estratégias de planeamento e ordenamento, que surgiram desde os anos 60, e da evolução da Política Agrícola Comum (PAC).

A paisagem do Algarve tem vindo a adquirir nas últimas décadas uma importância acrescida em virtude da sua especialização económica e da pressão a que é submetida. A atração do litoral e as pressões sobre a orla marítima aumentaram quando o turismo se afirmou claramente como actividade económica em crescimento. Tais circunstâncias proporcionaram o incremento de diversas actividades - relacionadas com o comércio, a pesca, a extracção de sal e também a construção e a reparação naval e a indústria de conservas -, situações que geraram maiores densidades de população (Lema e Rebelo, 1996).

Com a evolução deste cenário avança a destruição contínua de muitas actividades tradicionais, acompanhada pelo êxodo rural e, conseqüentemente, assiste-se à desconsideração pelas áreas mais sensíveis e de maior valor ecológico e à explosão de áreas edificadas - as principais conseqüências de transformação da paisagem. A especialização económica é cada vez mais evidente, devido ao crescimento do turismo regional e, por outro lado, a agricultura, a indústria e os serviços têm vindo a conhecer processos de inovação, ainda em curso. Estas transformações sociais e culturais

fizeram do Algarve uma região diferenciada pelo seu desenvolvimento, originado pelo turismo, em relação às restantes regiões do país (Brito, 2009).

Foi nos anos 60 que começaram a surgir as primeiras preocupações ao nível do ordenamento da paisagem em Portugal. O Algarve, devido às suas particularidades, foi desde logo objecto de estudo. Assistiu-se então à criação de estratégias de modo a potenciar o desenvolvimento da região, com particular incidência na vertente turística.

O Arquitecto Kiel Amaral (1962) foi o primeiro a dar o testemunho sobre a importância da valorização da região com o estudo das *Bases para o desenvolvimento turístico do Algarve*. Neste estudo, focavam-se alguns dos domínios a intervir: ao nível das vias de comunicação “melhorar os acessos ferroviário e rodoviário do centro do País ao Algarve, favorecer a ligação aérea com outros países, e actualizar a rede de transportes públicos locais”; ao nível dos equipamentos, “criar condições e locais para a prática do campismo; e ao nível da valorização turística, “tirar partido (...) dos muros que ladeiam, com frequência, as estradas de província” e “valorizar paisagisticamente o enquadramento vegetal” da região (Lobo, 2012: 1026).

Os planos/estudos subsequentes contam com equipas cada vez mais multidisciplinares onde se apresentam perspectivas diferenciadas, mas claramente complementares, culminando nos Planos Directores Municipais. No conjunto, estes instrumentos valorizam as vertentes turística, urbanística e paisagística (Lobo, 2012):

- O primeiro estudo a assinalar é o *Plano de valorização turística do Algarve*, realizado em 1963, pelo arquitecto Paulo de Carvalho Cunha, para o Gabinete de Estudos e Planeamento Turístico do SNI. Este plano tinha como proposta a organização turística do Algarve, desenvolvido num “esboço de zonamento” onde se presumia a delimitação das diferentes áreas de interesse turístico, equipamentos e investimentos a concretizar.
- No “Esboço de zonamento turístico” foram definidas cinco tipologias de turismo, atendendo às suas particularidades e necessidades distintas: “Turismo de Passagem”, “Turismo de verão”, “Turismo Termal”, “Turismo Balnear” e “Turismo de Estância Climática” (Anexo 8).

- Com base neste zonamento sumário, foi elaborado um levantamento do património material e imaterial. Numa fase posterior elaborou-se a delimitação de futuras áreas de expansão dos principais núcleos urbanos e a demarcação de zonas de interesse e áreas de desenvolvimento turístico a criar.
- O segundo estudo, *O Plano Regional do Algarve* apresentado foi coordenado, entre 1964 a 1966, pelo arquitecto Luigi Dodi (professor na Faculdade de Arquitectura do Politécnico de Milão), elaborado tendo por base o Plano de Valorização Turística do Algarve (Anexo 9). Este plano equacionava o aproveitamento urbano-turístico da região em função da capacidade receptiva e da acessibilidade das suas praias. Neste “*Studio Generale per la Tutela e la Valorizzazione Turística della Fascia Meridionale*”, definiram-se zonas de interesse paisagístico e de valor ambiental e visual a preservar, assim como as áreas de utilização turístico-balnear e de expansão urbana a ser posteriormente estudadas e aprofundadas em planos parciais de urbanização (Planeamento sub-regional), onde é prevista a concentração de empreendimentos turísticos. Estes planos foram divididos por setores de modo a responder às necessidades de cada local e tirar partido das suas potencialidades. Albufeira corresponde ao setor 7, elaborado pelo arquitecto Norberto Correa da Câmara de Albufeira, que compreende 5 000 hectares, a norte da linha da costa que vai de poente da Praia da Galé até Vilamoura.
- O terceiro estudo foi o *Estudo Preliminar do Ordenamento Paisagístico do Algarve*, entre 1965 e 1967 (em paralelo ao Plano Regional do Algarve) desenvolvido pelos arquitetos paisagistas António Viana Barreto, Duarte Frazão Castello Branco e Álvaro Ponce Dentinho, apontava como prioridade do planeamento de carácter regional a defesa e a valorização da paisagem (Anexo 10). A partir da noção de “capacidade de uso da paisagem”, assente na premissa de que uma paisagem só é equilibrada na medida em que a relação entre a sua exploração e as suas possibilidades de regeneração também o seja, sendo analisadas as condicionantes - biológicas, fisiográficas e históricas - do

meio local algarvio, “com vista à demarcação, detecção de características, diagnósticos das aptidões, capacidades e potencialidades diversas da província” e ao estabelecimento de uma ordem de atuação ajustada às especificidades daquele território. Do estudo resultou a “Carta de Ordenamento Paisagístico”, dividida em seis sectores e acompanhada de uma série de “Recomendações Gerais”, onde se indicavam os princípios orientadores do processo de restauro, de reestruturação e de exploração do habitat natural e humanizado da região (Lobo,2012).

- Em Outubro de 1994 foi aprovado o primeiro *Plano Diretor Municipal* para o concelho de Albufeira, elaborado por dois atliers de arquitectura (A.A.P e Tecnep). Este “*constitui o instrumento definidor das linhas gerais da política do ordenamento físico e da gestão urbanística do território municipal*”, que tem como objectivos⁴:

- a) *“Estabelecer os critérios de desenvolvimento sócio-económico equilibrado do concelho;*
- b) *Definir o modo de distribuição das diferentes zonas de actividade económica e social;*
- c) *Dimensionar e localizar os equipamentos públicos;*
- d) *Ordenar a rede viária e de transportes;*
- e) *Estabelecer os princípios e normas fundamentais respeitantes à racional ocupação, uso e transformação do solo*
- f) *Promover uma gestão criteriosa dos recursos naturais, salvaguardando os valores naturais e culturais do área do município”.*

O PDM foi posteriormente ratificado em Abril de 2008⁵, que inclui a Carta de Condicionantes e a Carta de Ordenamento. A Carta de Condicionantes limita o uso do

⁴ Resolução do Conselho de Ministros n.º 43/95, de 28 de Outubro de 1994 - Regulamento do Plano Diretor Municipal de Albufeira, Artigo 1º - Objectivos

⁵ Deliberação N.º 2818/2008, de 27 de Outubro

espaço de algumas áreas para determinadas atividades (sejam estas - agrícolas, florestais, agro-florestais, urbanísticas, etc.).

Esta carta inclui as áreas com características mais sensíveis ou de maior valor ecológico, que correspondem à RAN e à REN, ao Domínio Hídrico, a Várzea de Paderne e de Quarteira e as áreas que integram a Rede Natura 2000; e ainda outras categorias de espaço, particularmente ligadas às atividades urbanas e industriais, como as às áreas de indústria e extrativa, as áreas edificadas e rede viária e ferroviária (Anexo 11).

A *Reserva Ecológica Nacional* (REN) constitui uma “estrutura biofísica básica e diversificada que, através do condicionamento à utilização de áreas com características ecológicas específicas, garante a proteção de ecossistemas e a permanência e intensificação de processos biológicos indispensáveis ao enquadramento equilibrado das atividades humanas.” (Decreto-Lei nº 93/90 de 5 de Março).

No concelho de Albufeira a REN inclui os seguintes elementos (Anexo 12):

- Cursos de água e zonas ameaçadas pelas cheias;
- Cabeceiras de linhas de água;
- Áreas com risco de erosão;
- Áreas de máxima infiltração;
- Arribas e falésias, incluindo as respetivas faixas de proteção;
- Praias;
- Ilhéus e rochedos emersos de mar;
- Estuários e zonas húmidas adjacentes, incluindo a faixa de proteção;
- Faixas ao longo da costa marítima limitada pela linha de máxima praia-mar de águas vivas equinociais e pela batimétrica dos 30 metros.

Na faixa litoral do concelho as áreas de REN apresentam-se com uma expressão mais fragmentada sendo no Barrocal mais significativas, uma situação que decorrente da riqueza natural.

A *Reserva Agrícola Nacional* (RAN) compreende “ o conjunto das áreas que, em virtude das suas características morfológicas, climatéricas e sociais, maiores potencialidades apresentam para a produção de bens agrícolas” (- D.L nº. 196/89 de 14 de Junho). Inclui todas as áreas de uso agrícola e de uso agrícola condicionado (Anexo 13).

A RAN desempenha assim um papel fundamental na preservação do recurso solo e na sua afetação à agricultura.

Concretamente na região em estudo, a RAN integra as áreas com solos das classes de capacidade de uso A, B, Ch, bem como solos de baixas aluvionares e colúviais (categorias que seguem a metodologia definida pelo anterior Centro Nacional de Reconhecimento e Ordenamento Agrário).

No concelho de Albufeira, a distribuição das áreas de RAN no litoral é, à semelhança das áreas REN, também pouco significativas, uma situação que decorre do facto de se tratarem de áreas fortemente edificadas. Na zona central do concelho estas áreas vão ganhando expressão, em particular na freguesia da Guia, e também a Norte, na zona classificada pela Rede Natura 2000.

Para complementar esta leitura e interpretação das transformações da paisagem considerou-se fundamental, a realização de uma breve síntese relacionada com a Política Agrícola Comum (PAC), pelo significado e consequências, e em particular no Algarve, que esta política teve entre nós.

Como refere Orlando Ribeiro (1986), o espaço agrícola tem como pano de fundo o meio natural aproveitado ou explorado para a produção agrícola, pecuária ou vegetal, pelas comunidades humanas que nele subsistem. A agricultura é uma actividade de grande importância, não só por aquilo que produz - (alimento, matérias-primas), como também é responsável por criar e manter um “habitat” favorável ao Homem garantindo a conservação da natureza e ainda dando continuidade à “ruralidade”.

A entrada de Portugal na União Europeia (em 1986) e a simultânea implementação da PAC, constituíram os maiores desafios para a agricultura portuguesa. Nesta altura a agricultura em Portugal encontrava-se económica e tecnicamente estagnada.

A produtividade e o rendimento eram muito inferiores aos restantes países-membros, o investimento era muito reduzido e as técnicas pouco evoluídas, as infra-estruturas eram insuficientes e as características das estruturas fundiárias dificultavam o desenvolvimento do sector, havia pouca experiência em matéria de concorrência nos mercados internos e externo (Varela, 1996).

A implementação da PAC gera então, a partir da década de 80 do século passado, novas dinâmicas que se traduzem em significativas implicações negativas, nomeadamente (Silva, 2000):

- A inserção num espaço económico excedentário em produtos agrícolas, nos quais o país era carenciado;
- A integração num sistema concorrencial que evoluiu rapidamente;
- Limitações na produção, na sequência de um excesso de produção para que não havia contribuído;
- Num desfavorecimento pelo sistema de repartição dos apoios financeiros, feito em função do rendimento médio e da área de exploração;
- Nos investimentos em projectos co-financiados por fundos comunitários que levaram ao endividamento por parte dos agricultores, agravando as taxas de juro bancária;
- Disponibilidade de meios e instrumentos com os quais a agricultura nacional se poderia modernizar.

Portugal beneficiou, no entanto, de um regime de adaptação de 10 anos, devido ao atraso face tecnológico face aos seus parceiros, e ao mesmo tempo de um programa de incentivos financeiros, o PEDAP (Programa Específico de Desenvolvimento da Agricultura Portuguesa), que se traduziam na modernização e transformação do sector, sendo este processo posteriormente interrompido (em 1992), com as alterações da reforma da PAC (Avillez, 1997).

Esta situação provocou um conjunto de transformações que passaram pelo agravamento do desemprego nas áreas rurais e pela dificuldade no escoamento dos produtos. Começou assim a comprometer-se o esforço da modernização da agricultura e, por arrastamento, o declínio desta actividade, facto que a União Económica procurou ultrapassar com subsídios aos agricultores para não produzirem ou apoiando alternativas de desenvolvimento das áreas rurais. Na sequência surgem vários instrumentos vocacionados para o desenvolvimento Rural e financeiro (Silva, 2000).

Durante todos estes anos o declínio da agricultura em Portugal é cada vez mais preocupante e gravoso. Este modelo de desenvolvimento produtivista, direccionado para uma agricultura cada vez mais industrial e extensiva, não só tem vindo a pôr em causa o sector económico, como tem posto em causa a diversidade ecológica dos sistemas de produção. Esta política uniformista tem conduzido á especialização do sector, acabando por não tirar partido das características mediterrâneas que nos distinguem.

Com o abandono do sector agrícola, e conseqüentemente do espaço rural, a emigração aumentou, o sector urbano hipertrofia-se, o nível de vida é cada vez mais artificial e assente em bases fragilizadas, a agricultura extingue-se e a degradação dos solos aumenta, comprometendo o “habitat” e o ambiente propícios à espécie humana (Telles, 1978).

Este cenário nacional evidenciado espelha-se naturalmente na região Algarvia, com particular incidência no concelho de Albufeira, situação confirmada pelo grande crescimento urbano na faixa litoral e na diminuição da área agrícola. No seguinte ponto destaca-se o uso do solo, que nos confirma estes factos.

2.3.2 Evolução do uso do solo

Procuraremos, por fim, aproximarmo-nos da imagem da **evolução do uso do solo** operada ao longo das últimas décadas no concelho de Albufeira, de modo a perceber o impacto da PAC e do planeamento na transformação da paisagem. Para tal, apoiamo-

nos nas bases de Corine Land Cover (CLC) - dos períodos de 1985 a 2000 e de 2000 a 2006.

No concelho de Albufeira, a ocupação predominante é a agricultura (Figura 9). Entre o ano de 1985 e de 2000 verificou-se um decréscimo deste uso, com o aumento dos territórios artificializados, predominantemente junto à faixa costeira, período em que o turismo se começou a afirmar. Entre 2000 a 2006, a área agrícola continua a decrescer de modo mais significativo, devido não só ao decréscimo dos territórios artificializados, mas também de usos que integram área agrícola com áreas naturais (a norte do concelho), certamente decorrentes de áreas agrícolas abandonadas.

Este cenário de ocupação do solo é o reflexo do processo da industrialização, sustentado por uma política económica e de ordenamento muito direccionada para o sector de turismo, aumentando assim a pressão na costa. Este crescimento das áreas urbanas litorais veio reforçar o abandono do espaço rural, diminuindo progressivamente a actividade agrícola tradicional, aumentando por outro lado, culturas extensivas (sequeiro e regadio) e ainda os povoamentos florestais.

Hoje em dia, a actividade agrícola encontra-se em completa fase de regressão e a sua expressão no concelho é residual (CMDFCI de Albufeira, 2007).

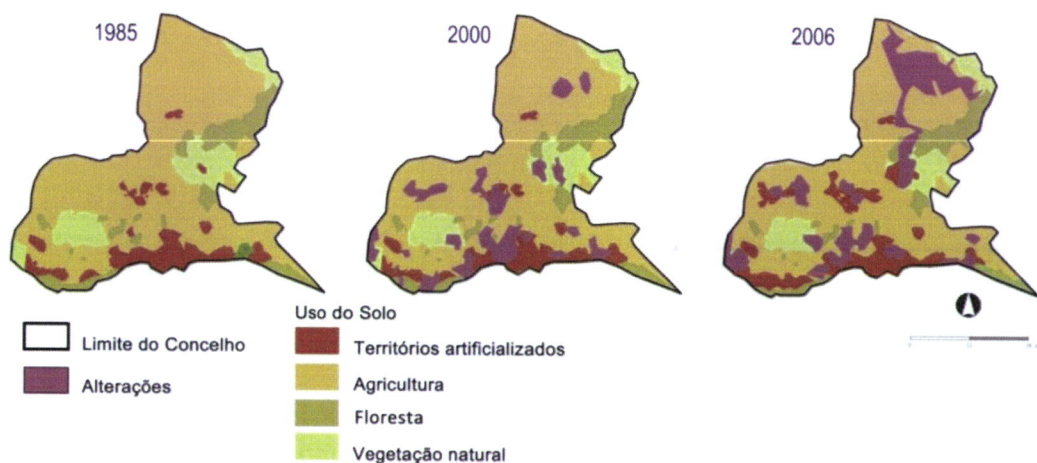


Figura 9 – Evolução do Uso do solo do concelho de Albufeira – Adaptado de Corine Land Cover.

Através dos dados do Instituto Nacional de Estatística (PORDATA, 2014), confirma-se com maior precisão o declínio da Superfície Agrícola Útil (SAU) do concelho de Albufeira, nas décadas de 1989 a 1999 e a 2009 (Figura 10).

Em 1989, Albufeira apresentava uma área agrícola 5.514 ha, que representava cerca de 39% da área concelhia, sendo que até ao ano de 1999 esta decresceu para 5.303 ha, correspondendo a uma descida de 2%.

Na década seguinte, entre 1999 a 2009, verifica-se o maior decréscimo de SAU, passando a corresponder a uma área de 3.393 ha, equivalente a uma quebra de 13%.

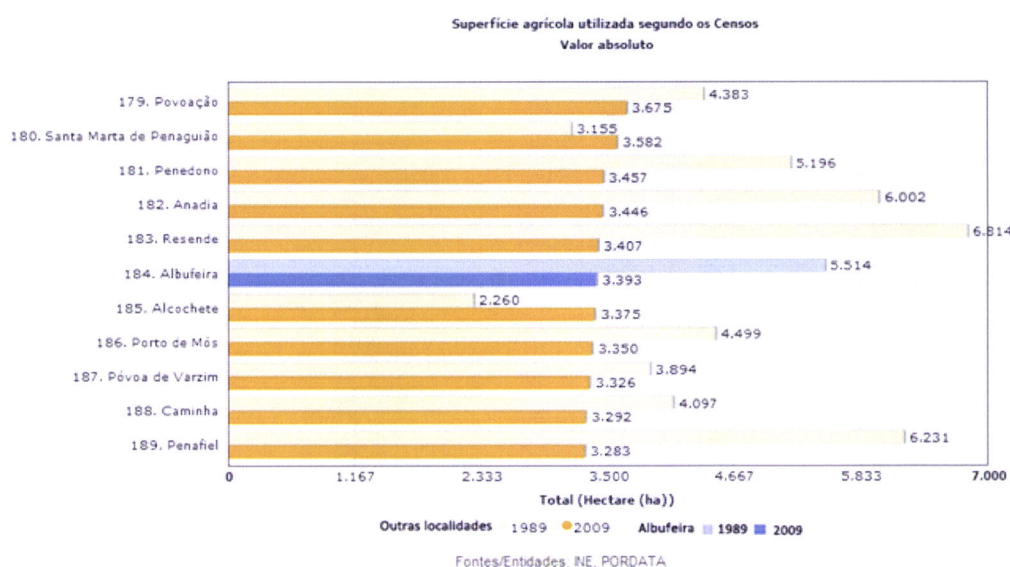


Figura 10 - Superfície agrícola utilizada - SAU

3. Caso-estudo: A paisagem na freguesia de Albufeira e Olhos de Água

A área objecto do nosso caso-estudo compreende a paisagem da freguesia de Albufeira/Olhos de Água (Figura 11).

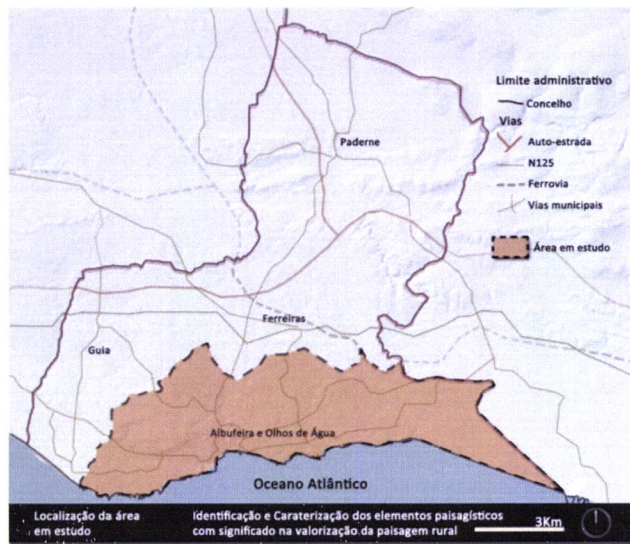


Figura 11– Localização da área de estudo – Adaptado de CEAP 2013 (Fonte: autor)

Nesta fase, serão identificados e caracterizados todos os elementos naturais e culturais que importa valorizar, na perspectiva do objectivo do nosso estudo: os espaços agrícolas, o património natural, os elementos e estruturas do património hidráulico e os caminhos rurais – que seguidamente procuraremos analisar com maior detalhe.

3.1. Identificação e caracterização de elementos paisagísticos com significado na valorização da paisagem rural

3.1.1. Espaços Agrícolas

A identificação dos espaços agrícolas realizada baseou-se nos dados do projecto CORINE LAND COVER de 2007, em conjunto com a fotografia aérea.

Os espaços agrícolas apresentam maior expressão e diversidade tipológica junto ao limite oeste da freguesia, mais concretamente associados à presença da Ribeira de Quarteira e no limite noroeste da mesma, na zona de Açoteias, Vale Carro, Roja-Pé,

Vale de Azinheira, Quinta da Balaia, Vale Navio, Branqueira e Brejo, e ainda a este desde Alpouvar até Sesmarias (Figura 12).

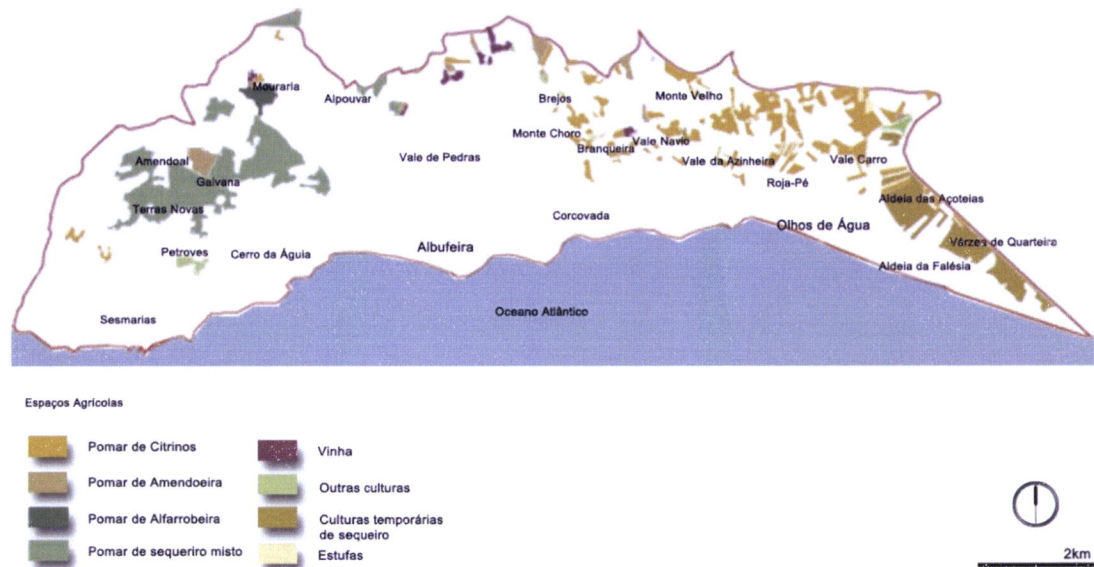


Figura 12 – Distribuição e tipologia de áreas agrícolas da freguesia de Albufeira/ Olhos de Água – Adaptado do projeto Corine Land Cover de 2007 e Ortofoto de 2007.

Entre os sistemas agrícolas presentes encontramos maioritariamente o pomar de regadio (pomar de citrinos) e ainda os pomares de sequeiro (pomares de amendoeira, figueira e alfarrobeira). Com menor presença, e assim menor significado, encontram-se as áreas agrícolas que incluem viveiros e estufas, vinha, olival e culturas temporárias de sequeiro, entre outras culturas.

No seu conjunto estes espaços constituem um componente estrutural da paisagem, que conjugam diversas tipologias de exploração adoptadas pelo homem, que se adaptam ao meio ou o transformam (Cary, 1997). São, por isso, uma expressão determinada pelos factores endógenos e exógenos, donde resultam espaços marcadamente agrícolas, onde se integram um conjunto de elementos naturais (relevo, clima, água, solo, vegetação e fauna) que se combinam dialecticamente com os elementos artificiais (vias, vedações, estruturas hidráulicas, entre outros elementos e estruturas de apoio à agricultura). Por outro lado, a sua expressão não depende apenas das características naturais do espaço que lhe serve de suporte, essa expressão

é igualmente condicionada pelas envolventes económicas e pelas perspectivas históricas em que se estabeleceram e evoluíram. (Bertrand, 1975).

Os pomares de citrinos concentram-se maioritariamente a noroeste da freguesia mais concretamente nas zonas de Roja-Pé, Vale da Azinheira, Monte Velho, Vale Navio e Quinta da Balaia, evidenciando um padrão variado e retalhado, que decorre da ocorrência de variadas unidades de cultura, com áreas distintas; surgem ainda de modo pontual na várzea da Ribeira de Quarteira e a nordeste da área, na zona da Mouraria (Figura 13).



Figura 13 – Pomar de citrinos na várzea de Quarteira (Fonte: www.instantstreetview.com)

Os pomares de citrinos, como mencionámos, são a cultura mais explorada na área de estudo. Esta cultura encontra aqui, as condições edafoclimáticas e os recursos hídricos bastante favoráveis para o seu desenvolvimento, garantindo a qualidade do produto e eficácia na produção (DRAPALG, 2007). Estas explorações aparecem muitas vezes em pequenas e médias propriedades de subsistência, que servem maioritariamente de rendimento às populações rurais. Esta presença é igualmente importante na perspectiva de valorização dos recursos existentes dada a inscrição em solos que possuem aptidão agrícola e a existência de condições climáticas favoráveis a esta cultura, contribuindo-se desta forma para uma correta utilização dos recursos. Por outro lado, são indispensáveis do ponto de vista económico e também identitário, por se tratar de um sistema cultural tradicional da região, cuja qualidade da produção é reconhecida internacionalmente.

Além dos pomares de citrinos (regadio), ocorrem com expressão significativa outros pomares, de sequeiro - de amendoeira, de alfarrobeira e de figueira. Estes aparecem normalmente associados a mosaicos mistos – mosaicos que integram a amendoeira, a

alfarrobeira, a figueira, a oliveira e múltiplas culturas intercalares anuais. A presença destas espécies relaciona-se naturalmente com as condições edafoclimáticas do local, assinalando-se uma elevada rusticidade das mesmas; uma situação que decorre da capacidade de resistência à seca, da boa adaptação às terras mais pobres onde ocorrem.

Há ainda que assinalar, a importância acrescida destes pomares ao nível económico, social e cultural (figuras 14 e 15).



Figura 14 – Pomar de sequeiro de amendoeira
(Fonte: autor)



Figura 15 – Pomar de sequeiro de figueira (Fonte: autor)

Os frutos que essas árvores produzem - a alfarroba, a amêndoa e o figo - têm uma grande importância na economia da região. Estes são particularmente utilizados na doçaria tradicional (por exemplo 90 por cento do peso do fruto da alfarroba é aproveitada para doçaria variada como bolachas e bolos, licores, xarope, pão) mas também para a alimentação dos animais. Os mesmos frutos são ainda utilizados noutras indústrias - por exemplo a semente da alfarroba é utilizada na indústria farmacêutica, na cosmética, na indústria alimentar, na de têxtil e na do papel.

Porém, alguns pomares encontram-se envelhecidos e degradados, deixando de serem rentáveis, com riscos de abandono e redução da superfície cultivada, devido à escassez de mão-de-obra, face ao desvio para outras actividades mais atrativas como o turismo. Acresce ainda o facto de existir também uma grande concorrência de outros países, onde as áreas de cultura estão a crescer de uma forma muito significativa (DRAPALG, 2007).

As restantes áreas identificadas – hortas, vinhas e estufas – ainda que com menor expressão, merece-nos alguma atenção dada a sua participação no mosaico cultural que estamos a estudar, por contribuírem para a diversidade tipológica destes espaços e por serem igualmente importantes do ponto de vista social e económico.

Todos estes motivos que se têm vindo a citar confirmam a importância da valorização dos espaços agrícolas tanto pela vertente natural (na relação com os outros recursos, contribuindo para uma gestão correta dos recursos) como pela vertente cultural (do ponto de vista social, económico e histórico). Estes são assim espaços importantes na criação de um “habitat” favorável ao homem que, para além do seu carácter produtivo, também ostentam um carácter recreativo, de lazer e de convívio. Portanto, os espaços agrícolas têm um papel crucial na sustentabilidade da paisagem, quando as explorações são efectuadas e mantidas de forma a não prejudicar recursos naturais (nomeadamente água e solos), desde que com a aplicação moderada de produtos químicos.

3.1.2. Património natural

De entre o património natural presente na área de estudo evidencia-se o que está relacionado:

- com a linha de costa (praia, arribas e falésias) e a presença do mar;
- com a presença e inter-relação de alguns elementos naturais (vegetação, água, relevo e solo) (Figura 16).

Assinala-se ainda a existência de alguns recursos, sistemas e elementos e/ou conjuntos, que possuem alguma proteção legal (RAN, Geosítio, REN, faixa litoral e ICNF).

Começando pela vegetação e com base no estudo da biogeografia de Portugal e nas várias visitas ao local, foi possível identificar a vegetação espontânea e/ou bem adaptada, que mais caracteriza a área de estudo.



Figura 16 – Património natural da freguesia de Albufeira/Olhos de Água – Adaptado de CEAP 2013 e PDM da CMA 2008.

Esta é constituída por variadas espécies arbóreas, arbustivas e herbáceas, de que são exemplificativas as espécies, *Ceratonia siliqua*, *Quercus coccifera*, *Chamaerops humilis*, *Olea europaea L. var. sylvestris* (arbórea), *Pistacia lentiscus*, *Asparagus albus*, *Jasminum fruticans L.*(arbustiva), *Apium nodiflorum*, *Crithmum maritimum*, *Cleonia lusitanica* (herbácea). Entre esta destaca-se a vegetação endémica, que são espécies exclusivas de determinadas áreas, pondo assim em evidência as características edáficas e climáticas do meio. Entre elas assinala-se a *Scilla odorata*, a *Tuberaria major* e a *Thymus lotocephalus* (Figuras 17, 18, e 19).

Assinalam-se ainda algumas plantas, associadas aos sistemas húmidos e secos. A vegetação das galerias ripícolas (que constituem sebes de compartimentação de sistema húmido), geralmente altas e densas, é mais expressiva nas ribeiras de Quarteira, Albufeira e Santa Eulália, sendo constituídas maioritariamente por freixos, salgueiros, choupos e loendros, que em situações de degradação devido à agricultura intensiva, são invadidas por silvas e caniços (i.e. citrinos e horticultura) (Figura 20). Também estão presentes, em particular a oeste da área de estudo, sebes constituídas por vegetação de sistemas secos, muitas vezes conjugadas com muros de pedra

calcária, sendo constituídas maioritariamente por amendoeiras, oliveiras, lentiscos e medronheiros.



Figura 17 - *Scilla odorata*
(Fonte: www.flora-on.pt)



Figura 18 - *Tuberaria major*



Figura 19 - *Thymus lotocephalus*



Figura 20 – Ribeira de Quarteira – galeria ripícola
(Fonte: autor)

No seu conjunto, as sebes de compartimentação (constituídas por elementos vivos ou inertes) são assim elementos fundamentais, não só porque participam na estrutura e mosaico cultural da paisagem, mas porque constituem interfaces que contribuem para a “variedade, segurança e estabilidade da paisagem” e por isso importa valorizar neste estudo (CFCUL, 2011: 483). Cabral (1980) confirma esta ideia através dos princípios da meandrização e a intensificação, que se relacionam com a importância das interfaces, das superfícies de contato que correspondem às áreas de maior intensidade biológica, como é o caso das margens dos cursos de água; daí que se valorize a ideia de tornar o

mais extensas possível as orlas, as superfícies de contato ou interfaces onde essa diversidade a intensidade biológica é máxima.

Os recursos **hídricos superficiais** presentes na área em estudo integram o conjunto dos cursos de água calcários do Algarve (S4). Correspondem de um modo geral, às linhas de água com carácter temporário e com reduzida profundidade que, linhas em que, no final do período seco, o canal se apresenta totalmente seco (ARHA, 2012).

Entre os cursos de água existentes importa salientar a Ribeira de Quarteira, que corresponde ao limite leste da área e é o principal curso de água da área em estudo. Esta ribeira apresenta um desenvolvimento na direcção NW-SE a partir da confluência entre as ribeiras de Alte e Algibre, na freguesia de Paderne. Segundo o relatório da ARHA (2012), esta massa de água apresenta um estado final medíocre, devido a pressões hidromorfológicas significativas e a pressões difusas significativas (em cargas de azoto e fósforo) nomeadamente da agricultura. Esta ribeira dadas as suas características, nomeadamente a sua galeria ripícola com uma constituição densa e as características edáficas associadas, faz do seu conjunto uma área de grande valor e por isso encontra-se protegida e integra a RAN e a REN. Destaca-se ainda com grande importância a Ribeira de Albufeira, que constitui um dos principais cursos de água na área de estudo e que segue o padrão geral de escoamento da faixa litoral sul (N-S).

Quanto aos recursos hídricos subterrâneos é de salientar o sistema aquífero Albufeira – Ribeira de Quarteira⁶ pertencente à unidade hidrogeológica *Orla Meridional* (Anexo 14).

Este é um sistema multiaquífero, ou seja, constituído por diferentes aquíferos, o aquífero superficial, que é poroso/cársico com comportamento livre a confinado (Formação Carbonatada de Lagos-Portimão) e o aquífero de base é cársico (Almeida *et. al.*,2000). Quanto ao estado quantitativo, este é classificado como bom, pois os recursos hídricos disponíveis são significativamente superiores às extracções de água subterrânea, portanto não apresenta quaisquer sinais de sobreexploração (ARHA 2012).

⁶ Este está localizado na bacia hidrográfica das ribeiras de sotavento que abrange parte dos concelhos de Albufeira, Loulé e Silves e ocupa uma área de 54,55 km²

Portanto, a área de estudo por ser uma zona com valores de precipitação média anual baixos (devido à existência de períodos marcadamente opostos - um período muito chuvoso e um período seco) e por possuir cursos de água de baixa profundidade, a necessidade de armazenamento superficial e subterrâneo durante o período chuvoso é indispensável, de modo a que possa ser utilizada no período de seca (para abastecimento das populações).

Para além disso, a água desempenha um papel significativo do ponto de vista ecológico, pois é um elemento que contribui para o *continuum naturale*, uma ideia que se confirma nos princípios de Caldeira Cabral. Para além dos princípios referidos anteriormente, aplicados para o exemplo das sebes de compartimentação, ainda se destaca o princípio da continuidade. Deste, utilizando como exemplo o ciclo da água, retira-se a seguinte leitura, “o ciclo da água é um sistema coerente e por isso um curso de água não é somente a água que corre livremente no leito visível, mas sim um sistema de que esse leito e essa água fazem parte em conjunto com toda a água que circula no leito subterrâneo, com a água dos braços mortos do rio, com a água freática das encostas e o escoamento de toda a bacia. Toda esta circulação se mantém em equilíbrio com a evaporação das superfícies livres e a evapotranspiração do solo revestido de vegetação. Não podemos assim tratar o rio apenas em termos de vala de escoamento, procurando maximizá-lo sem ter em conta todos os outros factores” (Cabral, 1980: 39). E ainda, o princípio da elasticidade que se refere à capacidade do sistema de se adaptar à variabilidade dos seus elementos, dos quais o mais evidente é a água, tanto mais, quanto maior for a amplitude dos valores registados (Cabral, 1980).

Para além da sua importância do ponto de vista ecológico, ainda acresce, o seu valor cultural, ou seja, o seu papel na manutenção da própria paisagem. A água constitui um recurso fundamental na conservação das áreas agrícolas e, por isso, na conservação do mosaico cultural da paisagem.

A presença do mar e a linha da costa são também um valor natural com destaque particular na área de estudo. A costa é composta por areias, cascalheiras de praia, águas marinhas e costeiras, costa rochosa baixa; calhaus rolados, dispersos, de praias

ou terraços dismantelados; cascalheiras de antigas praias e terraços (CEAP, 2013) (Figura 21).



Figura 21 – Faixa costeira de Albufeira (Fonte: autor)

Do ponto de vista geológico, assinala-se a presença dos seguintes geosítios⁷: o Diapiro de Albufeira que corresponde a um núcleo, agora coberto com depósitos argilosos e areias do Quaternário (Terrinha *et al.*, 2002); o São Rafael – Arrifão, que corresponde a uma complexa interação entre unidades geológicas distintas, sendo responsável pela beleza única da costa rochosa; o Oura – Olhos de Água – Falésia, sobre as falésias costeiras entre Oura e Leixão dos Alhos é possível caminhar e observar a formação Mioceno Médio Lagos-Portimão (Brachert *et al.*, 2003).

O solo constitui parte do património natural mais importante do ponto de vista da valorização da actividade agrícola. Na área de estudo a presença de solos com maior aptidão agrícola (áreas de RAN) localizam-se próximo dos limites oeste, norte e este da área. Correspondem-lhe maioritariamente os aluviossolos, os solos calcários e os solos litólicos. A utilização incoerente do solo e a gestão incorreta deste recurso, tem conduzido à impermeabilização de áreas com características edáficas com elevado potencial produtivo, devido essencialmente ao desenvolvimento turístico e por esse motivo considera-se importante valorizá-lo.

⁷ Brilha, J. Projecto de investigação “Identificação, caracterização e conservação do património geológico: uma estratégia de geoconservação para Portugal” (Universidade do Minho, 2010).

3.1.3. Elementos e estruturas construídas do património hidráulico

A cultura e o património têm uma importância significativa conjunta, pois ambos têm vindo a ser usados para a promoção e o desenvolvimento local com vista à solução dos processos de desruralização e urbanização (Silva, 2008).

De entre o vasto campo de património cultural existente em espaço rural, focámo-nos no património em geral relacionado com os espaços agrícolas, já tratados e, também, nos elementos e estruturas construídas, que se relacionam com a água - um domínio com potencialidades de ser valorizado no contexto dos objetivos do nosso estudo.

As diferentes formas de utilização da água ao longo da história revelam-nos o papel fundamental que desempenharam no desenvolvimento urbano, agrícola e industrial, legando-nos um importante património que importa conhecer e salvaguardar. Nestes espaços de memória e de relações sociais centradas na água, está enraizado um conjunto de práticas culturais e dinâmicas associadas à gestão dos recursos hídricos que transformam este recurso num bem comum (Fernandez, 2006).

Desde logo há que ter presente que o abastecimento de água aos núcleos populacionais constitui, historicamente, o principal problema urbano que se colocou ao desenvolvimento das sociedades. Para além disso, há que ter presente o determinismo da água para a construção do mosaico cultural associado à paisagem agrícola, particularmente determinante em contextos mediterrânicos. Além do mais acresce o facto de a água ter sido usada tradicionalmente como fonte energética (a força motriz para o accionamento de moinhos e azenhas).

O património hidráulico constitui então um conjunto significativo de elementos e estruturas inertes, de tecnologia, de processos de trabalho, de saber fazer, utensílios e equipamento (Costa, 2010).

Na área em estudo os elementos e estruturas associados ao sistema hidráulico são ainda significativos, uma situação que decorre da importância que estes elementos continuam a ter no abastecimento de muitas culturas de regadio presentes na área de

estudo (os pomares de regadio – citrinos – mas também as áreas de culturas mimosas). Nas zonas onde os povoamentos são mais dispersos e as áreas agrícolas dominam grande parte do território, o património existente ligado à água assume um papel fundamental na construção da paisagem.

Na freguesia de *Albufeira e Olhos de Água* a paisagem assinala a presença de poços (estruturas de captação de água subterrânea), tanques (armazenamento de água), levadas (condução/ transporte de água) e ainda um açude (represamento da água) (Figura 22).

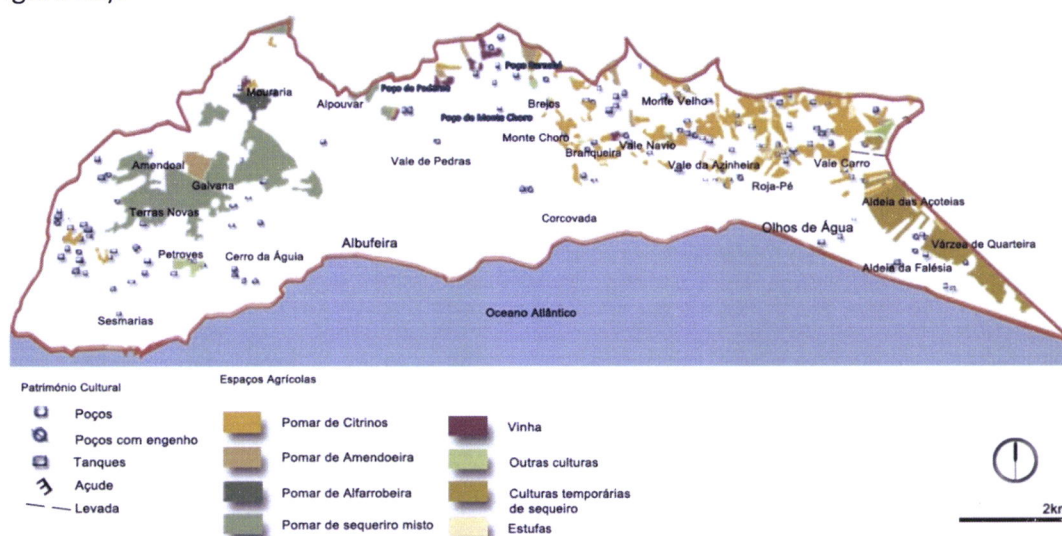


Figura 22 – Elementos e estruturas construídas do património hidráulico e áreas agrícolas da freguesia de Albufeira/Olhos de Água – Adaptado de projeto Corine Land Cover de 2007, Ortofoto de 2007 e Carta Militar de Portugal (604-605) de 2014.

A localização deste conjunto significativo de elementos relaciona-se maioritariamente com a presença de áreas agrícolas, evidenciando portanto o seu objetivo dominante - a irrigação. Entre estes elementos e/ou estruturas destacam-se alguns poços: o Poço de Paderne (Figura 23), o Poço Barnabé e o Poço de Monte Choro, uma levada na várzea da Ribeira de Quarteira (Figura 24), que já se encontra degradada, e ainda uma açude também na Ribeira de Quarteira.

Portanto, estes elementos e estruturas hidráulicos são uma referência fundamental na paisagem. Por um lado, assinalam a viabilização da actividade agrícola, por outro são

uma presença indispensável, para narrar a história de construção da paisagem, sendo elementos identitários da estrutura cultural da paisagem



Figura 23 - Poço de Paderne (Fonte: autor)



Figura 24 – Levada na Várzea de Quarteira (Fonte: autor)

3.1.4. Rede de caminhos rurais

Os caminhos rurais (ou percursos em espaço rural) são parte integrante da paisagem, e compreendem o sistema físico - fundamental à utilização física do espaço uma vez que asseguram a ligação física entre espaços.

O conceito de percurso é referente a uma acção estruturada que beneficia o meio em que se insere, que valoriza e articula os vários espaços, permitindo uma relação mais próxima entre estes e o homem. No essencial, traduz-se num elemento linear da paisagem, estruturador no uso que se faz do espaço, que orienta/guia o homem, que apela à história e à memória, que assim evidencia a identidade dos lugares, as práticas tradicionais, as gentes, mas também os ecossistemas (sejam os mais naturais e/ou artificiais).

Na concepção destes sistemas de circulação e na construção das redes em que se inscrevem, usam-se frequentemente caminhos rurais e/ou os trilhos (caminhos de pé posto) – opções que constituem uma verdadeira aproximação ao espaço existente e à sua apropriação ao longo do tempo – com valorização da componente cultural.

Para Salvati (2006: 52), os percursos/caminhos (antigos ou novos) têm como objectivo “ (...) aproximar o visitante ao ambiente natural, ou conduzi-lo a um atractivo específico, possibilitando o seu entretenimento ou educação através de sinalizações ou de recursos interpretativos”.

O ato de “percorrer” a paisagem implica uma maior envolvência com o meio, envolve o despertar de todos os sentidos do Homem. O pedestrianismo é assim uma actividade de percorrer distâncias a pé, que geralmente é feita por caminhos antigos, de ligação entre lugares, de acesso a terrenos de cultivo e às florestas, de circulação de gado, mas também de levadas, troços ferroviários desactivados, caminhos de peregrinação, vias percorridas por tropas na defesa do território, entre outros, que são parte da memória e da identidade das regiões e constituem o património histórico e cultural dos lugares que importa preservar e valorizar (Carvalho, 2006). O pedestrianismo “(...) pode sensibilizar as pessoas para a importância da protecção dos recursos naturais e culturais, promovendo o bem-estar e a qualidade de vida dos que o praticam. Esta é uma prática particularmente atractiva nas vertentes pedagógica, científica, lúdica e turística” (Calxito e Dores, 2008: 3).

Na área em estudo os caminhos rurais apresentam-se com uma expressão significativa, decorrente da riqueza da matriz natural e cultural que se associa à paisagem. Para tal contribuem fatores naturais e culturais, expressos na dimensão e posse da propriedade, no mosaico cultural e na base natural existente.

Os caminhos rurais articulam-se entre si e com as vias secundárias, formando no seu conjunto uma rede densa, que assegura de um modo geral a conexão entre os vários espaços, elementos da paisagem (áreas agrícolas, áreas florestais, linhas de água, montes, poços, entre outros) permitindo assim a quem os utiliza usufruir não só da ligação física e funcional como de ambientes distintos (Figura 25).

As orientações com que se desenvolvem são múltiplas, resultam da necessidade de resposta a determinismos funcionais e geográficos. A excepcionalidade de proximidade física e visual ao oceano dita, no entanto, uma forte atratividade ao desenvolvimento de percursos perpendiculares à linha de costa, que culminam em extremos da rede.



Figura 25- Rede viária e caminhos rurais da freguesia de Albufeira/Olhos de Água – Adaptado de CEAP 2013.

Globalmente podemos afirmar que a rede de percursos existentes possui um enorme potencial de articulação entre as áreas mais rurais (onde se destaca a agricultura tradicional) e a zona de mar (que se distingue pela componente natural e pela dominância das actividades turística e piscatória).

Em determinados locais, os caminhos rurais permitem-nos usufruir de uma relação mais próxima e íntima com os elementos presentes, naturais e/ou culturais e, noutras, com elementos visualmente mais distante (Figura 26 e 27).



Figura 26 e 27 - Caminhos rurais da várzea da Ribeira de Quarteira (Fonte: autor)

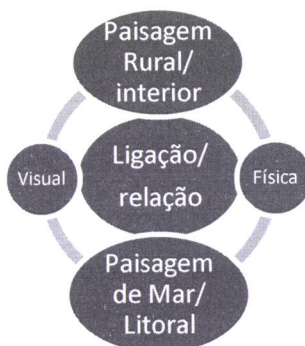
Em síntese, respondem a necessidades de acessibilidade (funcionais) e conduzem/orientam o caminhante, dando a conhecer a realidade dos diferentes espaços (recreio/lazer) sendo, por isso, considerados um elemento de grande valor tendo em conta o objectivo do estudo, onde se pretende principalmente destacar o espaço rural, articulando-o e relacionando-o com a zona litoral.

3.2. Proposta – Percurso em espaço rural

Após a análise realizada – de compreensão geral da paisagem em que se inscreve a área em estudo e de aproximação a uma temática mais específica ligada à paisagem, face aos objetivos do trabalho - e ainda após a concretização de várias visitas para reconhecimento do espaço, – avança-se então para a realização da proposta.

Como já dissemos, a proposta de trabalho inicialmente definida pelo município ia no sentido de construção de uma rede de percursos para a freguesia, toda a análise foi concebida nesse sentido. Porém, as limitações de tempo e a extensão da área em estudo não nos permitiram a concretização desse objetivo. Assim a proposta realizada inclui somente a definição de um percurso, ficando aquém dos objetivos inicialmente definidos.

O percurso proposto visa proporcionar uma maior aproximação ao espaço rural e, simultaneamente, procura estimular o recreio passivo neste contexto, em particular através da prática de andar a pé, mas também de bicicleta. Com esta proposta procura-se assim valorizar globalmente a paisagem, visando o enaltecimento de continuidades (naturais e culturais) com a articulação do espaço da paisagem mais interior com o espaço da paisagem mais litoral (Figura 28).



Nesta sequência, pretende-se um percurso que se inscreva na paisagem de modo a sublinhar a importância da diversidade biofísica e paisagística da área em estudo. Mostra-se assim que, apesar das grandes transformações que se têm verificado, ao longo destes anos, a autenticidade e a identidade da paisagem tradicional está ainda presente em muitas situações.

Assim, por um lado, procura-se dar a conhecer um contexto mais rural, mais característico à parte interior da freguesia, onde se destaca a actividade agrícola e o povoamento disperso. Por outro lado, procura-se articular este ambiente com o contexto da zona litoral, onde ainda que imperem diversas formas de urbanização e descontinuidades espaciais, com a desqualificação geral da paisagem, se reconhece alguma beleza natural à faixa costeira. Tais articulações serão assim concretizadas através de ligações físicas e também visuais, que seguem orientações mais longitudinais ou transversais, face à totalidade da área da freguesia, à sua paisagem e aos objetivos do trabalho (Figura 29).

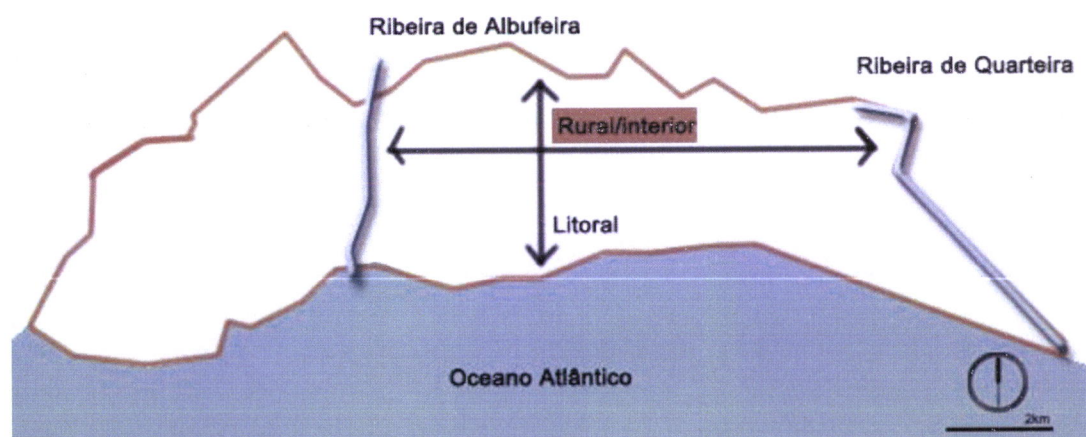


Figura 29 – Esquema conceptual de ligações a estabelecer na freguesia: transversais e longitudinais – Interior rural com o litoral mar e ribeira de Albufeira/ribeira de Quarteira (Fonte: autor).

Estabeleceram-se então ligações no sentido Norte-Sul (interior/litoral), transversal à área da freguesia, de aproximação entre a paisagem com uma matriz mais rural com a paisagem de mar. Procurou-se também criar uma relação que promove a exploração da extensão horizontal da área da freguesia, com a valorização da matriz ecológica e ainda da rural, fazendo assim sobressair os elementos naturais e culturais de grande

valor na área, particularmente associados, aos sistemas das ribeiras de Albufeira e de Quarteira; paralelamente, sustentam condições edáficas bastante favoráveis à prática agrícola, em particular na várzea da ribeira de Quarteira (Figura 29).

Face aos atributos associados aos espaços das paisagens envolvidos, pode-se ainda dizer que a definição dos percursos levou-se em consideração outros aspectos de ordem natural e cultural, entre outras particularidades, aqueles que mais se relacionam com o relevo e o uso do solo (Figuras 30 e 31).

- Sistemas húmidos e secos; situações morfológicas diversas – cabeços, encostas, zonas de várzea; situações de conforto – declives moderados e suaves; entre outros aspectos;
- Uso do solo diverso; actividades particulares ao espaço rural e ao espaço litoral.

A totalidade do percurso apresenta então um desenvolvimento predominantemente longitudinal à linha da costa e à maior extensão da área de estudo da freguesia. Com uma orientação dominante nascente – poente, o percurso estabelece a ligação entre as ribeiras de Albufeira e de Quarteira e, nos extremos, permite também o acesso à zona litoral (Baleeira a ocidente e na Praia da Rocha Baixinha a oriente). Esse dominante desenvolvimento articula-se com as principais áreas urbanas, nomeadamente, com Albufeira, (Praça dos pescadores - Avenida da liberdade- Parque lúdico de Albufeira), e com Olhos de Água (Estrada de Albufeira - caminho Vale Azinheira) de modo a tornar o percurso mais acessível a partir das principais áreas urbanas.

Em toda a extensão o traçado do percurso assentou na estrutura viária existente (estradas, vias e caminhos) apresentando uma distância total aproximada de 23.5 Km – a que corresponde uma utilização das 5 horas se realizado a pé e de 2 horas de bicicleta. A significativa extensão e a diversidade de ambientes que é explorada permitiram-nos dividi-lo em três troços distintos, cujas designações informam a temática principal que é proposto descobrir.

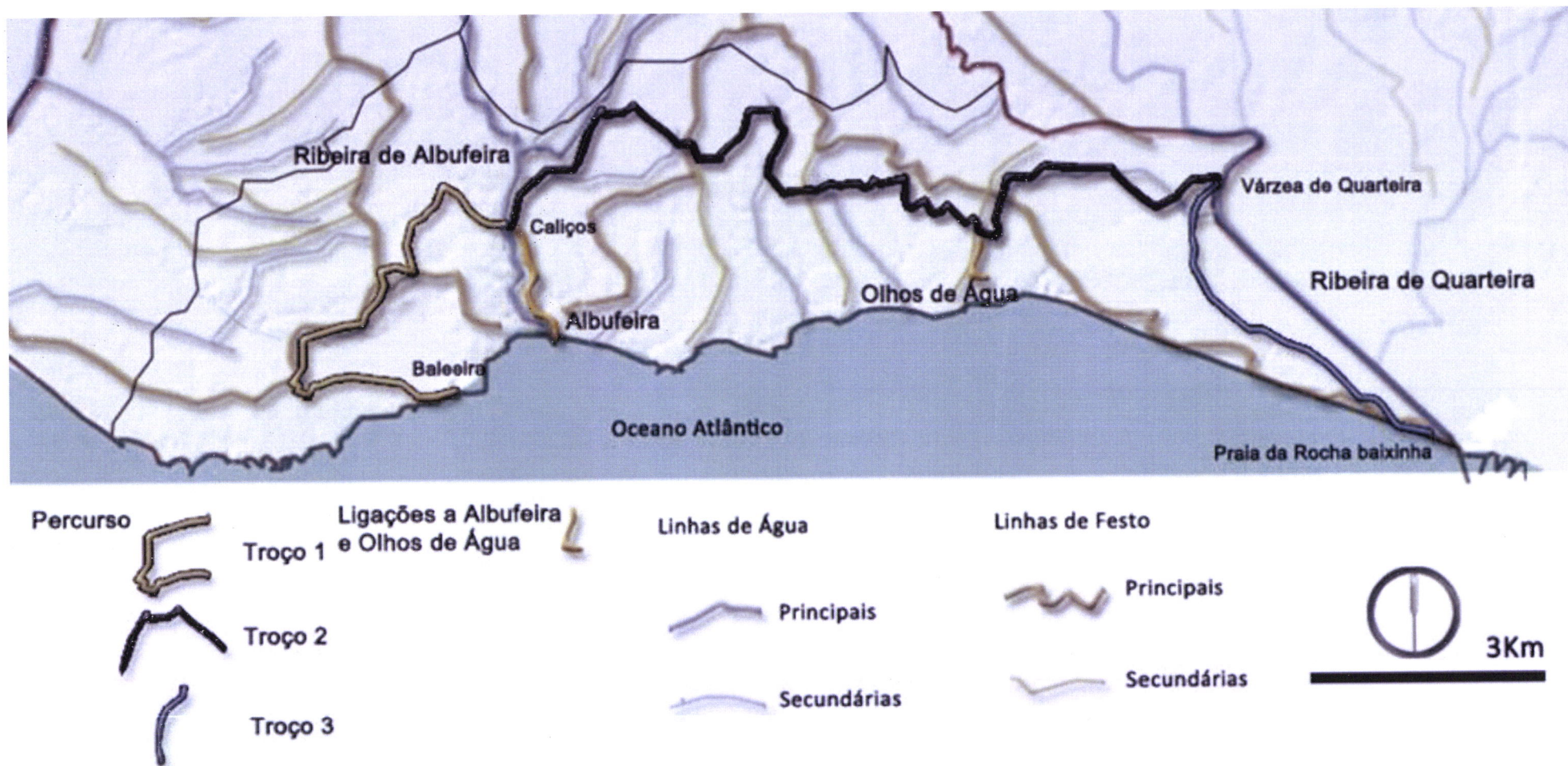


Figura 30 – Enquadramento do percurso face à hidrografia e fisiografia - adaptado de CEAP (centro de estudos de arquitectura paisagista,2013) e PROT Algarve (CCDRA, 2007).

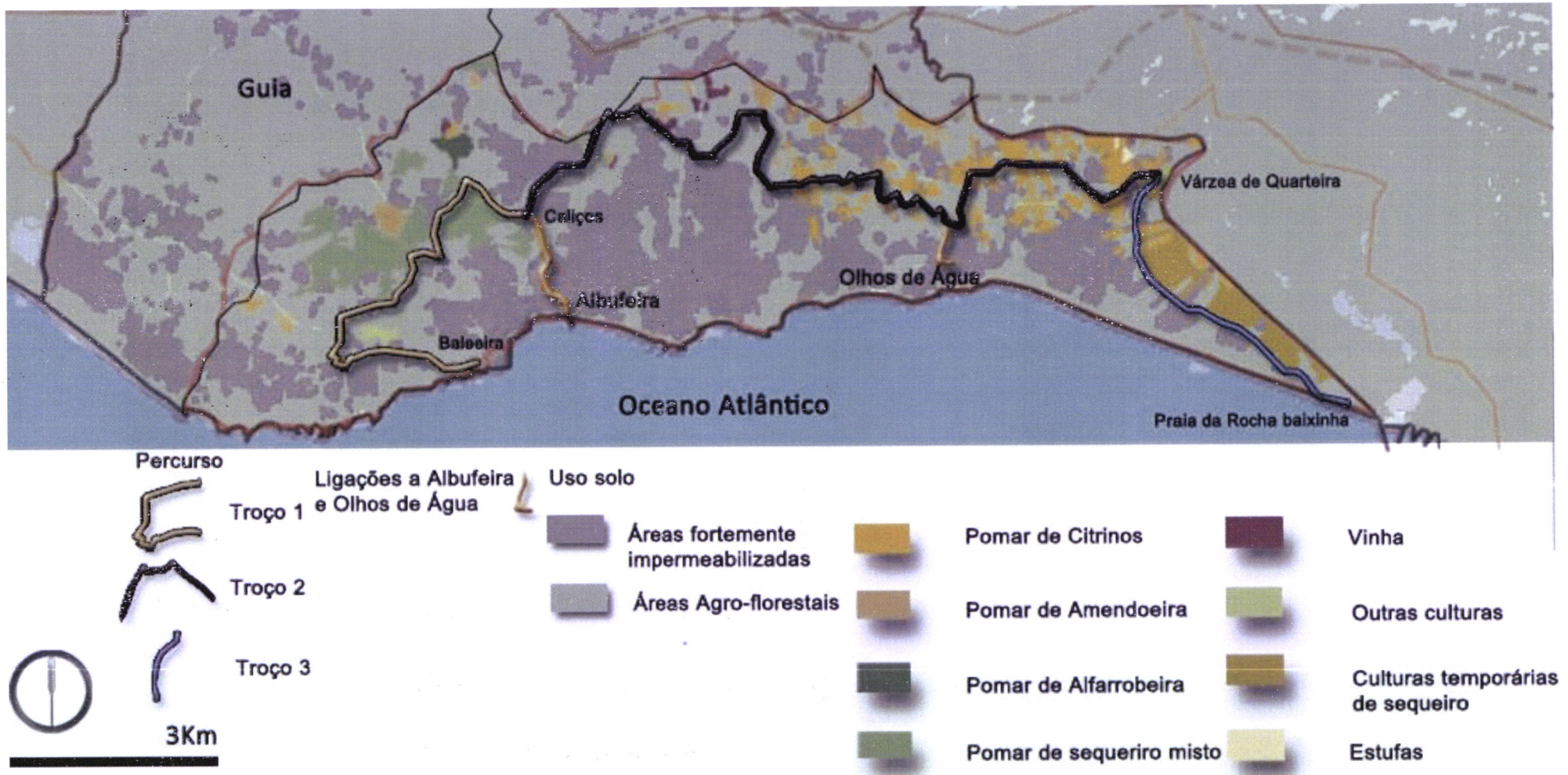


Figura 31 - Enquadramento do percurso face ao uso do solo - adaptado de COS (Carta de Uso do Solo) 2007, nível 2 (DGT, 2007)

- 1º Troço - Percurso dos Cerros
- 2º Troço – Percurso dos Citrinos
- 3º Troço - Percurso da Várzea de Quarteira

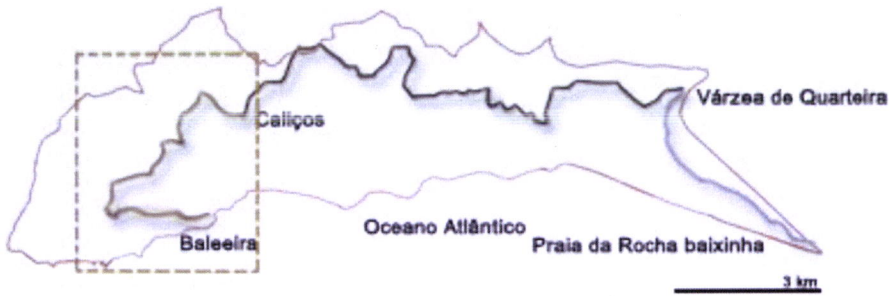
Seguidamente será elaborada uma descrição mais detalhada para cada troço, mostrando as principais características, no que diz respeito, à sua extensão, características gerais do relevo, ocupação do solo, vegetação, recursos hídricos, património, relações visuais, ambiências e sensações e estruturas de apoio.









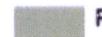
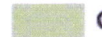








TROÇO 1- Percurso do Cerros

O primeiro troço, mais ocidental, designado por **percurso dos Cerros**, apresenta uma orientação nordeste - sudoeste e uma extensão aproximada de 5.6 Km (cerca de 1h e 20 minutos a pé e 30 minutos de bicicleta) sendo a margem preferencial de circulação a da direita (Figura 32). Este percurso apresenta de um modo geral um grau de dificuldade médio, dada a heterogeneidade dos declives e, por outro lado, devido à sua extensão mais curta. Estende-se entre a ribeira de Albufeira e a Baleeira, passando ainda pelo Cerro de Águia, Petroves e Sesmarias. De um modo mais preciso, tem início no Caminho da Quinta da Bolota (a noroeste), que se liga à EN395, segue pelos caminhos da escola e aldeia, pela estrada M525-1, pelo caminho cerro da Águia, pela Rua Diogo Ortiz Vilhegas, pelo caminho das sesmarias e caminho da Baleeira e termina na Rua do Farol (a sudeste). De um modo geral, explora-se a situação de transição entre o contexto predominantemente rural e a faixa litoral, em geral, marcadamente urbanizada.

O traçado inscreve-se num relevo relativamente heterogéneo, algumas vezes acidentado, dada a ligação que se estabelece entre duas colinas, caracterizando-se por duas fases mais marcantes quanto à posição do caminhante em relação à morfologia do relevo, que seguidamente se procuram evidenciar: Num primeiro momento, fazendo o percurso no sentido nordeste-sudoeste, junto à ribeira de Albufeira, a situação topográfica acusa cotas que não vão além dos 50 metros, pois para além do fato de se tratar de uma zona de leito de cheia, a área de estudo é uma zona litoral, pelo que os valores altimétricos são relativamente baixos.

Localização do Percurso



-  Percurso dos Cerros
- Vias /Caminhos**
-  Vias Principais
-  Vias Secundárias
-  Caminhos rurais
- Recursos hídricos superficiais**
-  Linhas de água
- Uso do solo**
-  Pomar de Citrinos
-  Pomar de Amendoeira
-  Pomar de Alfarrobeira
-  Pomar de sequeiro misto
-  Outras culturas
- Património hidráulico**
-  Poços
-  Poços com engenho
-  Tanques
- Património Natural**
-  Linhas de água/
Galerias ripícolas
-  Sebes de
compartimentação
-  Geosítios
-  Faixa litoral
-  Apos



Esc. 1/50 000

Figura 32 – Troço 1' - Percurso dos Cerros

Continuando sempre num sentido ascendente, o caminhante vai descobrindo um espaço com características predominantemente rurais, onde se observam na sua maioria os pomares de sequeiro (amendoeira, figueira ou alfarrobeira, e os mistos) aos quais estão associadas um conjunto de actividades e ambiências que marcam as diferentes épocas do ano, (entre Fevereiro e Março, o período em que as amendoeiras têm flor - elemento com grande interesse local e regional, em Agosto a colheita da alfarroba; e em Setembro a colheita da amêndoa). Também se encontram alguns elementos bastante característicos da paisagem rural, em particular, os elementos de compartimentação como os muros em pedra (a dividir propriedades e/ou folhas de culturas e algumas massas/alinhamentos de vegetação - amendoeiras, alfarrobeiras e lentisco), em particular na margem dos caminhos (figura 33).



Figura 33 – Pomar misto de sequeiro – caminho Cerro de Águia.

Num segundo momento o traçado explora uma zona de domínio visual associado a uma colina, mais propriamente em Cerro da Águia, o ponto altimétrico mais elevado da área de estudo (115 metros). Dada a posição altimétrica privilegiada, este momento do percurso suscita a sensação de superioridade, de onde é possível ter uma leitura da morfologia do relevo (cabeço, encosta e vale) no sentido sul e ter o mar como limite visual (Figura 34). Aqui o caráter rural vai-se perdendo gradualmente, devido à presença crescente de condomínios e habitações unifamiliares.

A parte seguinte do percurso, descendente, envolve uma encosta quente com declive bastante acentuado (16 - 25%), onde se assinala ainda a presença de múltiplos afloramentos rochosos (Figura 35).



Figura 34 - Ponto de vista dominante – caminho Cerro de Águia



Figura 35 – Encosta – caminho Cerro de Águia

Na zona baixa, mais propriamente na estrada M526, encontra-se uma cafetaria (designada por Eucaliptos) que poderá servir de apoio ao caminhante.

Inicia-se então uma segunda fase deste troço, onde o caminhante atravessa uma zona com características distintas. Dominam agora as unidades e empreendimentos turísticos e moradias unifamiliares, que se organizam em função das vias, intercaladas com espaços ocupados por vegetação (pinheiros, alfarrobeiras, amendoeiras e carrascos). Neste contexto a relação com a faixa costeira é muito marcante, pois o contato aumenta gradualmente, deixando de ser apenas visual, passando a ser físico. O percurso prossegue pela Rua Diogo Ortiz Vilhegas, agora novamente no sentido ascendente, onde se encontra ladeado por alguma vegetação (igual à referida anteriormente) e onde, progressivamente, se alcança visualmente a encosta oposta.

Na zona das Sesmarias, encontra-se um “snack-bar” (designado por Coelho 2), onde o caminhante poderá fazer uma paragem.

Em direcção à Fua do Farol, mais propriamente no caminho da Baleira, a ambiência e o contexto vai se tornando cada vez mais distinto, com grande destaque no caminho da Baleeira, onde domina a vegetação característica de zonas litorais, que se adapta às condições edáficas daquele local (solos arenosos, calcários), entre as quais se inclui o estrato arbustivo (*Atriplex halimus*, *Salsola vermiculata*, *Juniperus turbinata subsp. Turbinat*, *Frankenia laevis*) e herbáceo (*Crithmum maritimum*). Distingue-se ainda algumas habitações unifamiliares que se distribuem de uma forma pontual ao longo do caminho (Figura 36).



Figura 36 – Caminho da Baleeira

Este troço termina na Rua do Farol, numa zona que ainda que baixa (cota de 40 metros), se tem uma abrangência visual que inclui um ângulo de 180°, alcançando quase a totalidade da faixa costeira da área de estudo. Neste local é possível ter uma leitura da artificialização do litoral, em contraste com a beleza natural das arribas cobertas de vegetação. Destacam-se ainda aqui as actividades associadas à paisagem de mar, como a pesca e ainda actividades lúdicas (desportos de mar) e o lazer associado à praia (Figura 37).



Figura 37 – Vista da Rua do Farol

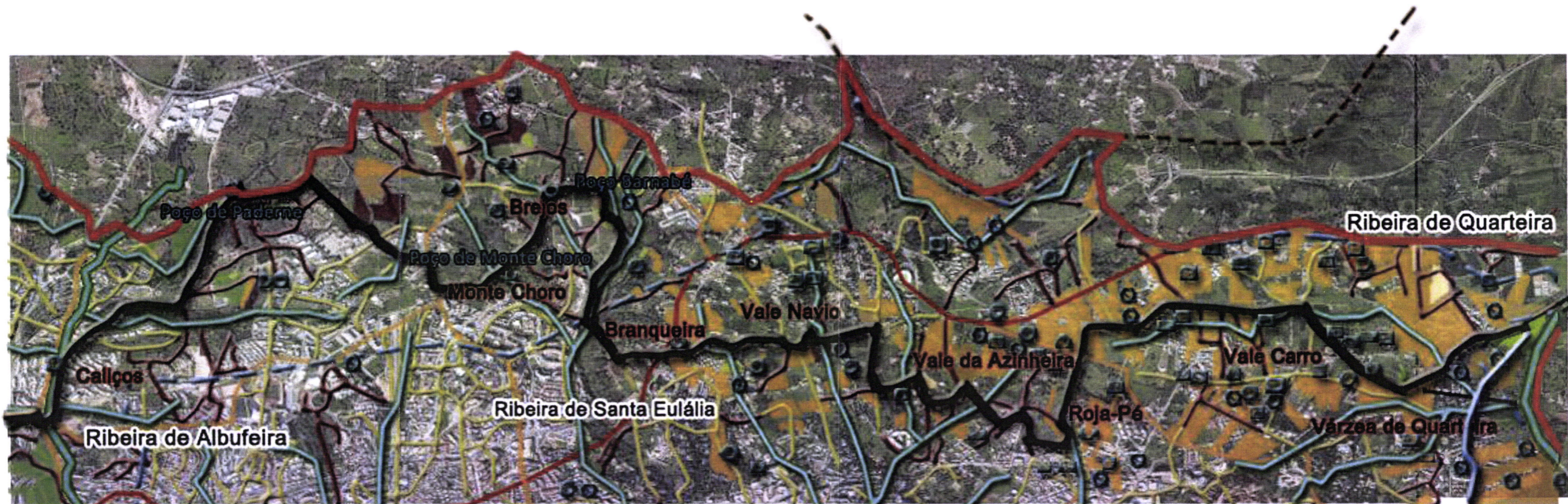
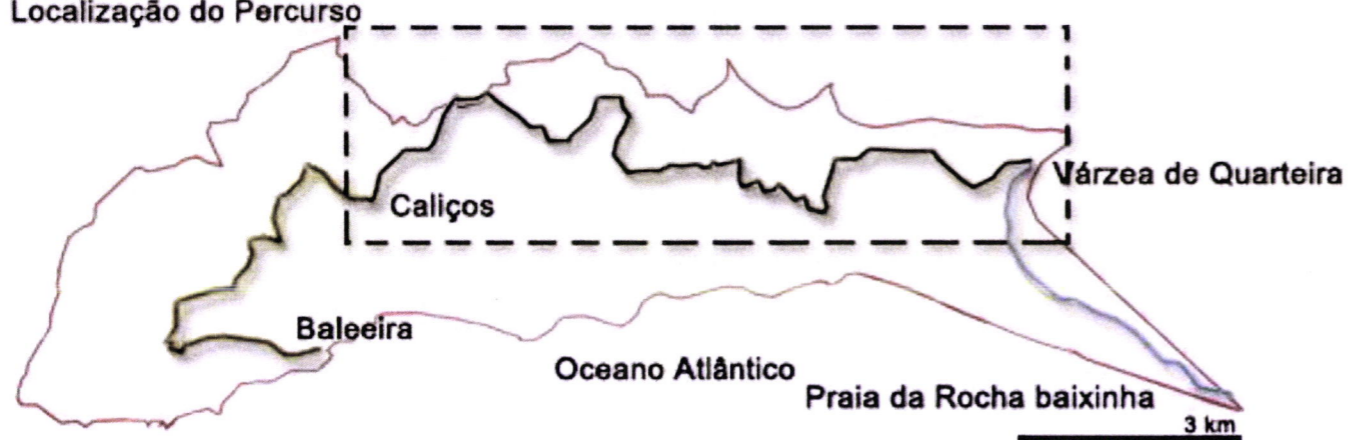
TROÇO 2 – Percurso dos Citrinos

O segundo troço, intermédio, designado por **percurso dos Citrinos** é o mais extenso com uma distância aproximada de 14.5 km (cerca de 3 horas a pé e 1h e 40 min. de bicicleta). Este segue uma orientação no sentido Oeste-Este e apresenta um grau de dificuldade médio. De um modo geral, define-se pelas suas características predominantemente rurais relacionadas com a forte presença de áreas agrícolas, em particular, os pomares de citrinos (Figura 38).

Este troço estabelece a ligação entre a ribeira de Albufeira e a ribeira de Quarteira, mais propriamente entre Calijos e a Várzea de Quarteira, passando ainda por Brejos, Monte Choro, Branqueira, Vale Navio, Vale da Azinheira, Roja-Pé e ainda Vale Carro. Efetuando-se uma leitura mais detalhada, e no sentido Este-Oeste, este tem início no caminho de Paiva, segue pelos caminhos do Pinheiro, do Pinhal, do Vale da Azinheira, de Albufeira, do Zé Bento, de Barnabé, pela estrada de Brejos, pelo caminho de Brejo, terminando na Rua Nuno Vieira. É neste momento que tem continuidade com o troço dos Cerros no caminho da Escola, onde é possível estabelecer a ligação com a área urbana de Olhos de Água, pelo caminho de Vale Azinheira, até à Estrada de Albufeira.

Este troço intermédio caracteriza-se pelo relevo ondulado suave, que varia entre os 25 e os 70 metros, e pela grande proximidade às culturas agrícolas que dominam a zona interior da área de estudo - os pomares, em particular, o pomar de citrinos. Ao longo de grande parte deste troço, entre a várzea de Quarteira e Branqueira permanece uma sensação de grande proximidade e envolvimento com estes pomares e as habitações rurais associadas a esta cultura. Para além disso, destacam-se as manifestações da mesma nas diferentes épocas do ano, moldado assim a ambiência envolvente nomeadamente em meados de Maio e Junho, a flor branca e perfumada, e aproximadamente entre Outubro e Dezembro o fruto pela sua forma, dimensão e cor (Figuras 39 e 40).

Para além do pomar de citrinos também surge de forma pontual, e menos significativa, alguma vinha e estufas. Ao sustento e na manutenção das áreas agrícolas estão associadas estruturas e elementos hidráulicos de captação e armazenamento de água, que marcam a paisagem.



Proposta - Percurso do Pomar de Citrinos

Esc. 1/50 000

Figura 38—Troço 2—Percurso dos citrinos

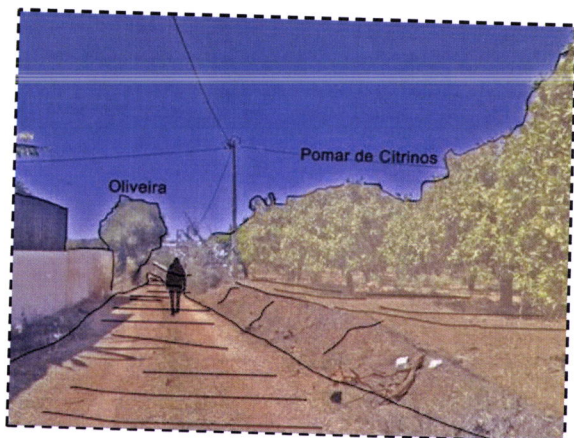


Figura 39 – Proximidade com as culturas agrícolas – caminho de Paiva

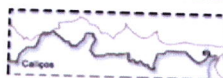
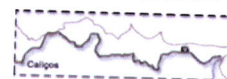


Figura 40 – Pomar de citrinos – caminho de Paiva



Ainda nesta extensão (entre a várzea de Quarteira e Vale Navio) há que assinalar dois locais, dadas as vistas que se tiram partido; em Vale de Azinheira, numa pequena zona de pinhal goza-se uma vista com interesse para sul, tendo o mar como última referência; em Vale Navio também uma vista abrangente para sul, com o mar como limite (Figura 41). Neste lugar de Vale Navio, o caminhante tem a possibilidade de fazer uma paragem num café/restaurante (designado por Favinha).



Figura 41 – Vista em Vale de Azinheira – caminho Vale da Azinheira

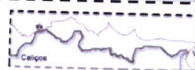


Entre Branqueira e Calços, as características alteram-se no que diz respeito, ao uso do solo. Os pomares de citrinos deixam de ser o principal foco, encontrando-se aqui uma zona mais urbanizada, onde as explorações agrícolas são pouco ou nada evidentes. Destacam-se ainda assim alguns elementos naturais, nomeadamente as ribeiras de

Santa Eulália de Albufeira com as galerias ripícolas compostas por choupos, freixos, caniços e silvas. Também alguns elementos hidráulicos são postos em evidência, entre eles os poços de Paderne, de Monte Choro e de Barnabé (Figura 42).



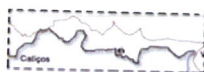
Figura 42 – Poço de Paderne
– estrada de Brejos



Ao longo dos caminhos encontra-se ainda alguma vegetação como oliveiras, pinheiros, carrascos, amendoeiras e alfarrobeiras. Esta ocorre, maioritariamente de forma marginal aos caminhos; algumas vezes esse alinhamento cria uma galeria, que transmite a sensação de contenção e protecção, uma situação que é intensificada sempre que o caminho se encontra numa posição rebaixada relativamente à envolvente (Figura 43).



Figura 43 – percurso onde se colhe a sensação de fechamento; encombrado pela galeria formada pelas copas das árvores e pelos taludes que o marginam.



Na zona final deste troço, mais precisamente entre o poço de Barnabé e o caminho de Brejos, percorre-se uma encosta com um declive bastante acentuado (16% -> 25%), de onde se tem como referência visual a galeia ripícola da ribeira de Albufeira (a Oeste) e dada a sua posição altimétrica (60 metros) permite ter uma abrangência visual, para Noroeste, segundo a qual se pode observar, o relevo ondulado suave e alguma vegetação, de que é exemplo o Lentisco, a oliveira, a figueira, entre outras e o povoamento que é mais disperso, dado a proximidade com o Barrocal (Figura 44).



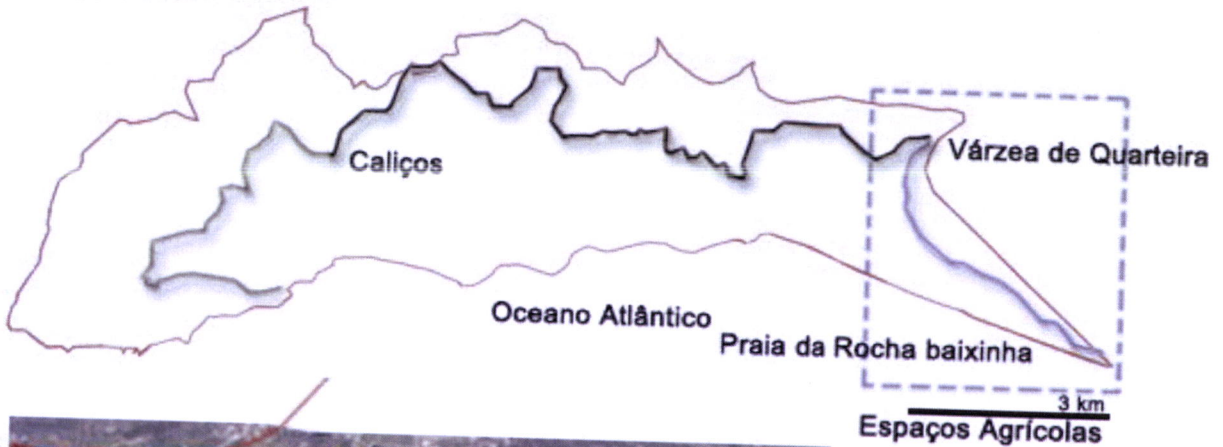
Figura 44 – Vista da encosta da estrada de Brejo

TROÇO 3 – Percurso da Várzea de Quarteira

O terceiro e último troço do percurso (mais oriente), designado por **percurso da várzea de Quarteira** é o menos extenso, apresentando um comprimento aproximado de 3.4 Km (cerca de 30 minutos a pé e 7 minutos de bicicleta).

Este segue uma orientação no sentido noroeste-sudeste, e apresenta um grau de dificuldade reduzida, para o que contribuem a curta extensão e a situação plana. Este troço desenvolve-se desde as Açoteias até à praia da Rocha Baixinha, passando junto à Aldeia da Falésia e à zona da Várzea de Quarteira. Tem início no caminho do Banco (sentido Noroeste-Sudeste) e segue pelas estradas de Alfar-mar e da Rocha Baixinha (Figura 45).

Localização do Percurso



Espaços Agrícolas

- Pomar de Citrinos
- Pomar de Amendoeira
- Pomar de Alfarrobeira
- Pomar de sequeiro misto
- Vinha
- Outras culturas
- Culturas temporárias de sequeiro
- Estufas
- Pinhal

Património Cultural

- Poços
- Poços com engenho
- Tanques
- Açude
- Levada

Património Natural

- Linhas de água/ Galerias rípicolas
- Sebes de compartimentação

Limite da área de Estudo

Recursos hídricos superficiais

Linhas de água

Recursos hídricos subterrâneos

Aquífero Albufeira-ribeira de Quarteira

Vias /Caminhos

Vias Principais

Vias Secundárias

Caminhos rurais

Proposta - Percurso da Várzea de Quarteira

Esc. 1/50 000



Figura 45 – Troço 3 - Percurso da Várzea de Quarteira

Sobressaem neste troço a situação de baixa (variações altimétricas que estão compreendidas entre os 5 a 10 metros) e um relevo marcadamente plano. A sensação de amplitude e grandeza então marcante, bem como, os contrastes decorrentes do contexto de várzea com a descoberta, na fase final, da praia.

Ao longo deste percurso mantêm-se sempre a referência lateral do limite visual e físico associado à presença da galeria ripícola da ribeira de Quarteira. Do lado oposto o relevo e a vegetação são os limites visuais.

A ribeira de Quarteira, para além de constituir o mais importante recurso hídrico superficial da área, suporta uma galeria ripícola bastante consistente com uma componente arbórea, de freixos e choupos, que forma uma barreira visual densa na grande parte do ano, não deixando antever o que está do outro lado (Figura 46).



Figura 46 – Várzea de Quarteira - caminho do Banco

Os solos de aluvião da várzea são o suporte de condições favoráveis à actividade agrícola, onde se assinala a presença de pomares de citrinos e culturas de sequeiro (Figura 47).

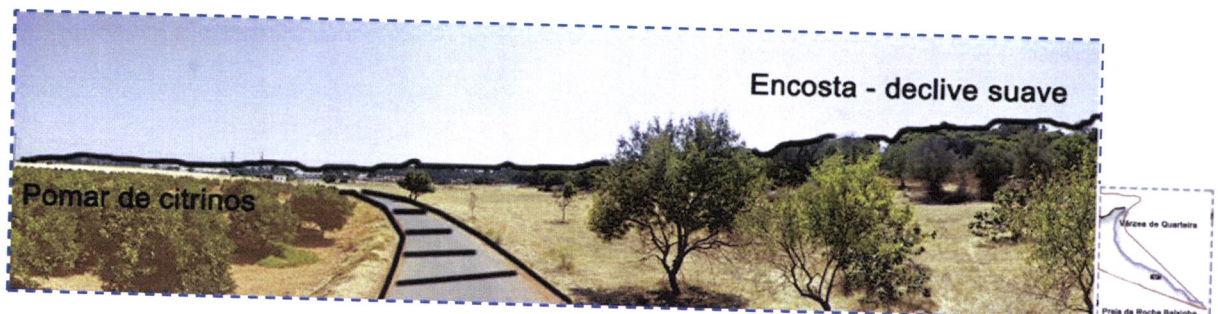


Figura 47 – Pomar de citrinos – caminho do Banco

À medida que se avança em direcção à praia da Rocha Baixinha, o afastamento do percurso em relação à ribeira vai aumentando, começando-se gradualmente a observar a paisagem de Vilamoura (Figura 48).

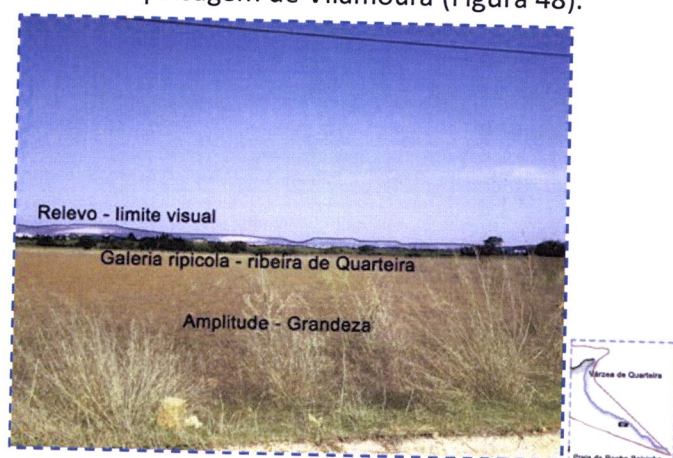


Figura 48 – Vista para Vilamoura – estrada da Rocha Baixinha

Ao longo da várzea, encontram-se várias estruturas de captação e transporte de água. Grande parte destas estruturas revelam sinais de degradação, mas ainda assim continuam a ter um papel significativo no abastecimento de água àquelas áreas (em particular os poços).

Na Estrada Alfar-mar encontra-se uma zona mais artificializada, dominada por empreendimentos turísticos, habitações e comércio, onde surge a oportunidade do caminhante fazer uma paragem (constituindo o apoio o pastelaria Pingo de Mel).

Ao longo da estrada da Rocha Baixinha, regressa-se novamente ao ambiente de várzea. Neste contexto destaca-se um pinhal, a oeste, que encobre a encosta. Pouco mais adiante, o pinhal assinala-se também na zona de várzea, perdendo-se por uns momentos a referência da galeria da ribeira. Após o atravessamento do pinhal, encontra-se um parque de estacionamento, com equipamento de estacionamento para bicicletas.

No fim deste percurso, de uma forma quase momentânea, descobre-se a praia, numa situação que permite o contato físico com o areal, o sistema dunar e o mar. Assinala-se uma situação que convida o atravessamento da ribeira (através de duas pontes), e à ligação a Vilamoura. Nesta situação, a galeria ripícola passa a ser constituída apenas por vegetação arbustiva e herbácea e materiais inertes (figura 49).



Figura 49 – Margens deprovidas de vegetação arbórea

A margem da ribeira de um lado das margens (área de estudo) assinala-se o comércio de praia e, do outro lado, destacam as unidades hoteleiras. O ambiente geral desta paisagem é acompanhado por alguma vegetação dunar, em particular pela presença do *Polygonum maritimum* (figura 50).



Figura 50 - Contato físico com a praia da Rocha Baixinha

Conclusão

O estudo realizado teve como propósito esboçar o traçado de um percurso com o fim de valorizar o património rural. A metodologia seguida parte do facto de sentirmos a necessidade de começar por perceber e interpretar as características biofísicas e paisagísticas do concelho de Albufeira, bem como as origens das grandes transformações da paisagem. Segue-se a identificação e caracterização do património rural da área de estudo e culmina-se com a proposta de traçado de um percurso.

Com a caracterização biofísica e paisagística do concelho de Albufeira, foi possível identificar três unidades de paisagem, nomeadamente, a faixa litoral de Albufeira, a zona periurbana (rural-urbana) e o Barrocal, cujo nome atribuído realça directamente as características que as qualificam. Desta leitura conclui-se que a faixa litoral é mais urbanizada, o que se deve: à mais fraca aptidão agrícola dos solos, à maior pressão urbanística dada a proximidade ao mar e à maior riqueza associada às características naturais do local; condições que conduziram ao crescimento urbano potenciando um conjunto de actividades sociais e económicas. As restantes zonas, de transição e mais interior, apresentam características de cariz predominantemente rural, sendo os valores naturais ainda evidentes.

Da leitura da transformação da paisagem realizada, confirmámos o crescimento dos territórios artificializados, em particular no litoral, a conseqüente diminuição das áreas agrícolas (em particular na década de 90) e o avanço das áreas florestais. Este cenário é o resultado de uma política que tem vindo a conduzir a um aumento crescente do espaço urbano, à especialização económica e a uma agricultura cada vez mais industrial que põe em causa o equilíbrio da paisagem.

Com a caracterização dos elementos paisagísticos, com significado na valorização da paisagem rural da freguesia de Albufeira/Olhos de Água (área de estudo), sublinharam-se os principais valores a considerar no processo de desenho do percurso - os espaços agrícolas, o património natural, os elementos e estruturas do património rural e os caminhos rurais. De onde se evidenciaram pomares de regadio (citrinos) e de sequeiro

(amendoeiras, figueiras e alfarrobeiras), algum património natural (recursos hídricos e, nalguns casos, as galerias ripícolas associadas; espécies espontâneas e alguns endemismos; geosítios; solos com elevada aptidão agrícola) e também algum património cultural, ligado à água, especialmente importante para a manutenção dos espaços rurais (poços, levadas, açudes, tanques).

A proposta de percurso pedonal, e eventualmente ciclável foi sustentada, no objectivo de dar a conhecer o que deve ser valorizado no contexto do património rural. O traçado definido foi ainda condicionado pela estrutura da circulação pré-existente, pelo relevo e pelas ambiências oferecidas. Em resultado, o percurso proposto foi subdividido em três partes, a que correspondem temáticas distintas, decorrentes da diversidade biofísica e paisagística mais excepcional a cada. De um modo geral procurou-se explorar diferentes ambientes, contrastes, vistas, conduzir o caminhante aos principais pontos de interesse (como por exemplo, zonas de várzea, onde a actividades agrícola é o principal cenário, património cultural com interesse como poços e levadas).

Em jeito de síntese final, considera-se que esta proposta, ao pôr em destaque a ruralidade, desempenha um papel essencial para o desenvolvimento das áreas rurais, dos bens e das tradições culturais. Acresce ainda o facto de enfatizar também a multifuncionalidade da paisagem, nomeadamente através da valorização das funções de produção (que ainda persistem), de recreio e de proteção.

Bibliografia

- ABREU, A. C., CORREIA, T. P. (2001) *Identificação e Caracterização de Unidades de paisagem de Portugal Continental*, Departamento de Planeamento Biofísico e Paisagístico, Universidade de Évora.
- ABREU, A. C., CORREIA, T. P. & OLIVEIRA, R. (2004). *Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental*, (5º volume) Universidade de Évora e DGOTDU, Lisboa.
- ADMINISTRAÇÃO DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DO ALGARVE (2012). *Plano de gestão das bacias hidrográficas que integram a região hidrográfica das ribeiras do algarve (rh8)*. Relatório (Volume I), Parte 2 – Caracterização e diagnóstico. Faro: ARHA.
- ALBUFEIRA CÂMARA MUNICIPAL (2004). *Relatório de Avaliação da Execução do Plano Director Municipal de Albufeira e de caracterização da evolução das condições económicas, sociais e ambientais*. Albufeira: CMA.
- ALMEIDA, C., MENDONÇA, J.J.L., JESUS, M.R., & GOMES, A.J. (2000). *Sistemas Aquíferos de Portugal Continental*. Instituto da Água, Centro de Geologia.
- AVILLETZ, F. (1997). *A agricultura Portuguesa face à agenda 2000*. Lisboa: Instituto Superior de Agronomia, universidade Técnica de Lisboa.
- BARRETO, F.M.A.S. (2011). *Contributo para a história da Arquitetura Paisagista em Portugal*. Dissertação para obtenção de grau mestre em Arquitetura Paisagista. Lisboa: Instituto Superior de Agronomia.
- BARRETO, A. V., BRANCO, D. C. e DENTINHO, P. A. (1967) *Direcção Geral dos Serviços de Urbanização Ordenamento Paisagístico do Algarve*, Estudo Preliminar, Arquivo DGOTDU.
- BERTRAND, G. (1975). *Historie da la France rurale*. Seuil, Paris.
- BRACHERT, T.C., FORST, M.H., PAIS, J.J., LEGOINHA, P., & REIJMER, J.J.G., (2003). *Lowstand carbonates, highstand sandstones: Sedimentary Geology*, v. 155, p. 1–12.
- BRITO, S.P. (2009). *Território e Turismo no Algarve*. (Edições colibri). Centro Internacional de Investigação em Território e Turismo da Universidade do Algarve, Lisboa.
- BRILHA, J. (2010) *Identificação, caracterização e conservação do património geológico: uma estratégia de geoconservação de Portugal*, Projeto de investigação, Universidade do Minho.

- CABRAL, F.C. (1973). Paisagem. In Enciclopédia luso-brasileira de cultura, (Vol. 14). Lisboa: Verbo.
- CABRAL, F.C. (1980). *O Continuum Naturale e a Conservação da Natureza*, in Conservação da natureza, Lisboa, Serviços de Estudos do Ambiente.
- CABRAL, F.C. (1993). *Fundamentos da Arquitetura Paisagista*, Lisboa, Instituto de Conservação da Natureza.
- CALXITO, V. & DORES, A. (coord.) (2008). *Guia de Percursos Pedestres (Algarve)*. Região de Turismo do Algarve e Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, Faro.
- CARTA ADMINISTRATIVA OFICIAL DE PORTUGAL (2013) Direcção Geral do Território. (CAOP).
- CARVALHO, P.D.C. (2009). *Papel do Pedestrianismo no Desenvolvimento Sustentável de um Destino Turístico – A sua Aplicabilidade ao Vale do Sousa*, Dissertação de Mestrado, Universidade Fernando Pessoa.
- CARY, F.C. (1997). *Enquadramento e Perfis do Investimento Agrícola no Continente Português. Banco de Fomento Nacional*, (2 Volumes), Lisboa, 1985. (1994) Estudo de Sistemas Agrícolas no Distrito de Portalegre. Evolução de 1960 a 1990. IFADAP/EU, Lisboa, 1994.
- CENTRO DE ESTUDOS DE ARQUITETURA PAISAGISTA (2013). EPIC WebGIS Portugal, Environmental Planning, Investigation and Cartography. Acedido em Mar. 11, 2014, em <http://epic-webgis-portugal.isa.ulisboa.pt/> : CEAP
- CENTRO DE FILOSOFIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA (2011). *Filosofia da Paisagem*. Uma Antologia, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Lisboa: CFCUL.
- CMA (2008). *Carta de Condicionantes*, Plano Diretor Municipal de Albufeira.
- COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALGARVE (2004), *PROT Algarve um Território com Futuro, Recursos Hídricos, Planeamento e Gestão do Recurso Água*, Anexo H, volume II, caracterização e diagnóstico. Faro: CCDRALg.
- COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS DO CONCELHO DE ALBUFEIRA (2007). *Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Albufeira*, Caderno II – Informação de Base, Metacortex – Consultoria e Modelação de Recursos Naturais, S.A. Albufeira: PMDFCI.
- CONVENÇÃO EUROPEIA DA PAISAGEM. Decreto n. 4, de 14 de Fevereiro de 2005.

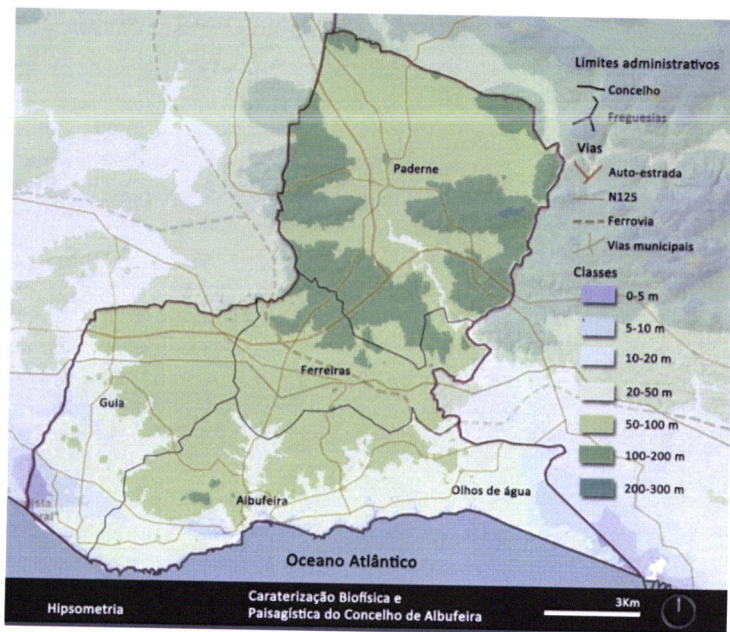
- CORINE LAND COVER (2013). *Alterações de uso e ocupação do solo em Portugal Continental: caracterização, forças motrizes e cenários futuros*, Relatório NUT II, DGterritório.
- COSTA, F.S. (2010). *O Património industrial no vale de Ave. O têxtil como chave de leitura territorial*. in Gonçalves, Eduardo C. [Ed.], - *Dinâmicas de Rede no Turismo Cultural e Religioso*. Maia: Ed.ISMAI e CEDT.
- CUNHA, P. (1963). *Plano de Valorização Turística do Algarve, Zonamento sumário: Estudo preliminar*, Lisboa, SNI/Gabinete de Estudos e Planeamento Turístico.
- DIRECÇÃO GERAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL (2014). Carta Hidrogeológica da Orla Algarvia, na escala de 1/100.000, consultado em Março de 2014, disponível em: www.dgadr.mamaot.pt/cartografia
- DIRECÇÃO GERAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL (2014). Carta de solos de Portugal (52B-49D), consultado em Março de 2014, disponível em: www.dgadr.mamaot.pt/cartografia
- DIRECÇÃO GERAL DO TERRITÓRIO (2007). Carta de uso do solo, COS nível 2, consultado a Abril de 2014, disponível em: <http://mapas.dgterritorio.pt/viewer/index.html>
- DIRECÇÃO REGIONAL DE AGRICULTURA E PESCAS DO ALGARVE (2007). *Programa Desenvolvimento Rural, Estratégia da Região Algarve*. DRAPALG.
- DODI, L. (1966). *Piano Regionale del'Algarve, studio Generale per la Tutela e la Valorizzazione Turistico della Fascia Meridionale*, imagem Arquivo DGOTDU.
- FERNANDEZ, F. (2006). *Levadas de Heréus na Ilha da Madeira. Partilha, Conflito e Memória da água na Lombada da Ponta do Sol*, Dissertação de Mestrado em Ciências Antropológicas, Lisboa, ISCSP, UTL, ed. Autor.
- FLORA-ON (2014). *Flora de Portugal Interativa*, consultado a Agosto de 2014, disponível em: <http://www.flora-on.pt/>
- GASPAR, J. (1993). *As Regiões portuguesas*. Lisboa: Direcção Geral do Desenvolvimento Regional.
- GOOGLE STREET VIEW (2014) *Instant google street view*, consultado a Setembro de 2014, disponível em: www.instantstreetview.com
- INSTITUTO GEOGRÁFICO DO EXÉRCITO (2014). Carta militar de Portugal (604-605), consultado a Março de 2014, disponível em: <http://www.igeoe.pt/index.php?id=186&p=1&distrito=8&escala=1&extracto=605>

- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2001). *Censos 2001, XV Recenseamento Geral da População, V Recenseamento Geral da Habitação*, resultados definitivos, Algarve: INE.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2011). *Censos 2011, XV Recenseamento Geral da População, V Recenseamento Geral da Habitação*, resultados definitivos, Algarve: INE
- LEMA, P. B., REBELO, F. (1996) *Geografia de Portugal, Meio Físico e Recursos Naturais*, Universidade Aberta, Lisboa.
- LOBO, S.L.M. (2012). *Arquitetura e Turismo: Planos e Projectos, as cenografias do lazer na costa Portuguesa, da 1ª República à democracia*, parte III, Coimbra, Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.
- LOPES, R. (2012). Revista Pessoas e Lugares, Minha Terra. Nº 07, Julho, III série, 2.
- MAGALHÃES, M. (2007). *Paisagem – perspectiva da arquitectura paisagista*. In: A. Serrão (Ed.). *Philosophica, estéticas da natureza* (pp. 103- 114). Lisboa: Departamento de Filosofia. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ALBUFEIRA e de caracterização da evolução das condições económicas, sociais e ambientais (2004). Albufeira Câmara Municipal Março, 2004: RAEPDM
- RIBEIRO, O. (1986) *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, Livraria Sá da Costa Editora, 4ª edição.
- PORDATA (2014). *Superfície agrícola segundo os censos*, Fundação Francisco Manuel dos Santos, consultado a Agosto de 2014, disponível em: www.pordata.pt
- TELLES, G.R. (1978): *Ordenamento Rural no Portugal Mediterrânico*, Congresso 78, tema 7, comunicação 18, ordem dos engenheiros, Porto, 29 de Novembro.
- TELLES, G. R. (1996). Conferências de Matosinhos: *Um novo conceito de cidade: A paisagem global*, Matosinhos, contemporânea Editora, Lda.
- TERRINHA, P., RIBEIRO, C., KULLBERG, J.C., ROCHA, R. & RIBEIRO, A. (2002). *Compression episodes during rifting and faunal isolation in the Algarve Basins, SW Iberia*. *Journal of Geology*, 110: 101 – 113
- SALVATI, S. (2006). *Trilhas - Conceitos, Técnicas de Implantação e Impactes*, <http://ecosfera.sites.uol.com.br/trilhas.htm>.
- SILVA, M.C. (2000). *A agricultura Portuguesa, o Estado e PAC Europeia, Sociedade e cultura 1*, Cadernos do Noroeste, série sociologia, Vol. 13 (1), 51-80.

SILVA, L. (2008). *Contributo para o estudo da pós-ruralidade em Portugal*, Arquivos da Memória, 4 (Nova Série), pp. 6-25.

VARELA, J.A.S. (1996) *A Política agrícola comum. Os princípios, as reformas actuais, a futura Europa verde*, Lisboa, Dom Quixote.

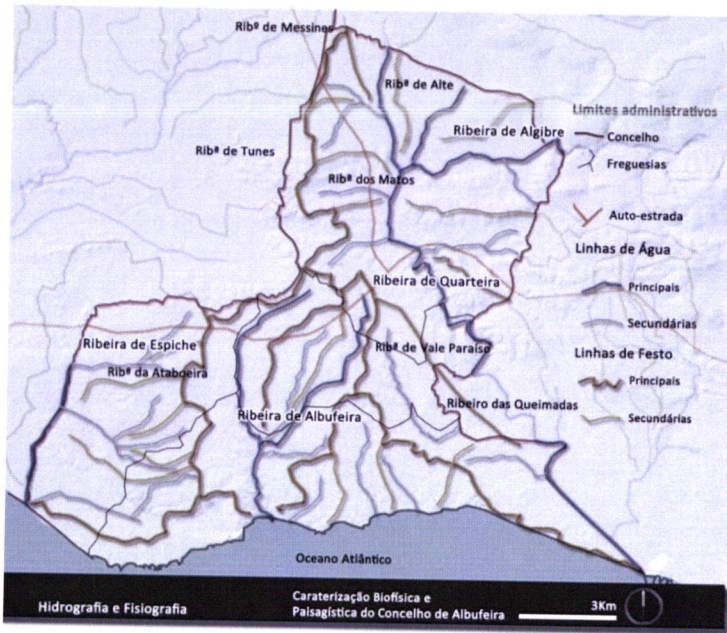
ANEXOS



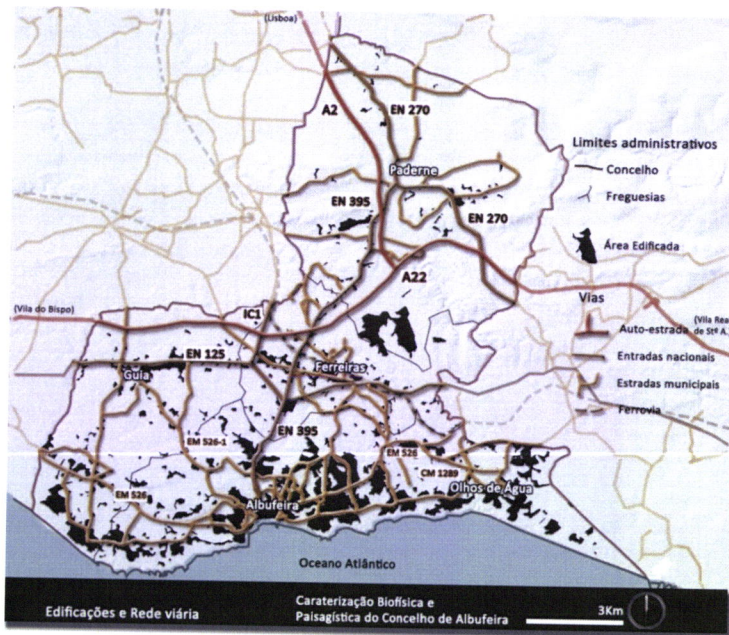
Anexo 1 - Carta de Hipsometria – adaptado de CEAP (Centro de estudos de arquitectura paisagista, 2013).



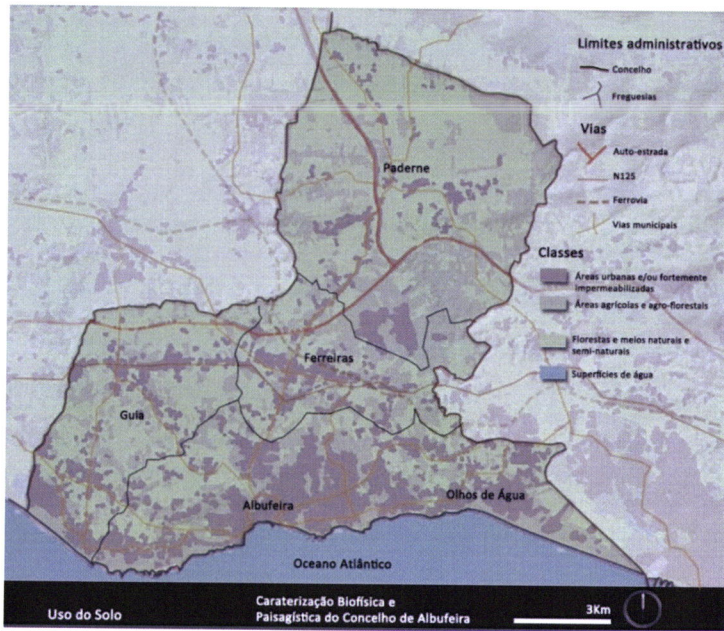
Anexo 2 - Carta de Declives – adaptado de CEAP (Centro de estudos de arquitectura paisagista, 2013).



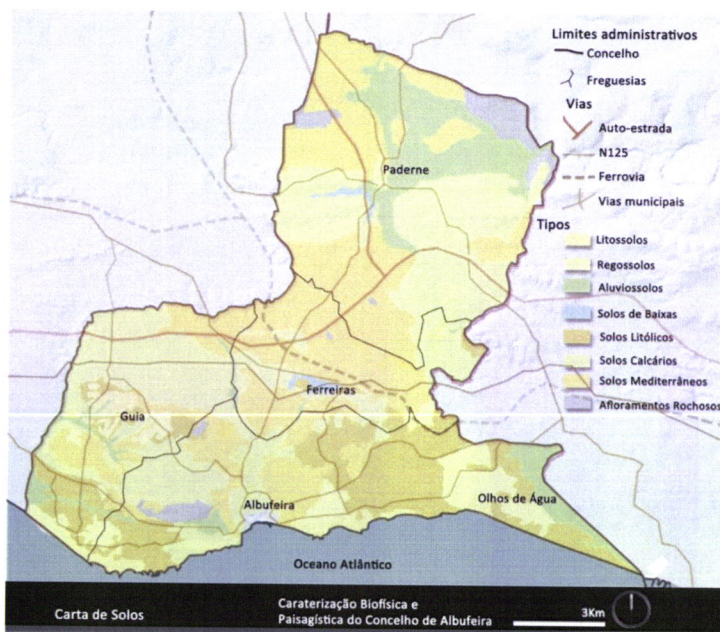
Anexo 3 – Carta de Hidrografia e Fisiografia – adaptado de CEAP (centro de estudos de arquitectura paisagista,2013) e PROT Algarve (CCDR, 2007)



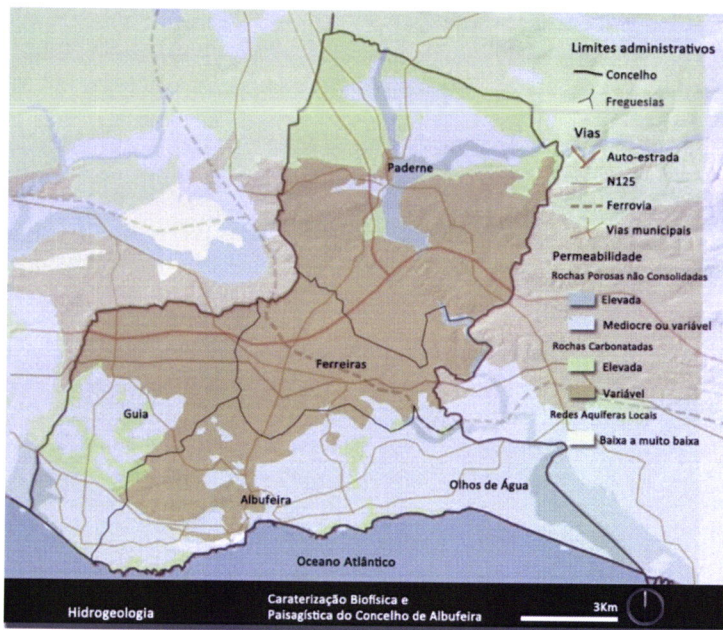
Anexo 4 - Carta de Edificações e Rede viária – adaptado de CEAP (Centro de estudos de arquitectura paisagista, 2013)e PDM de Albufeira (CMA, 2008)



Anexo 5 – Carta de Uso do solo – adaptado de COS (Carta de Uso do Solo) 2007, nível 2 (DGT, 2007)



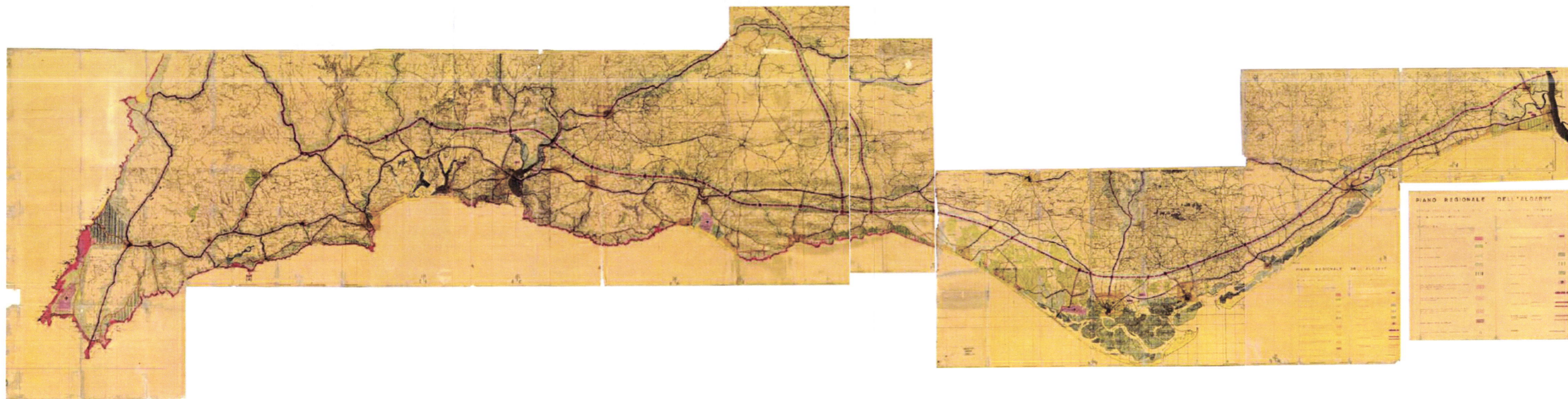
Anexo 6 – Carta de Solos – adaptado de carta de solos de Portugal escala 1/25 000 (52B-49D) (DGARG, 2014)



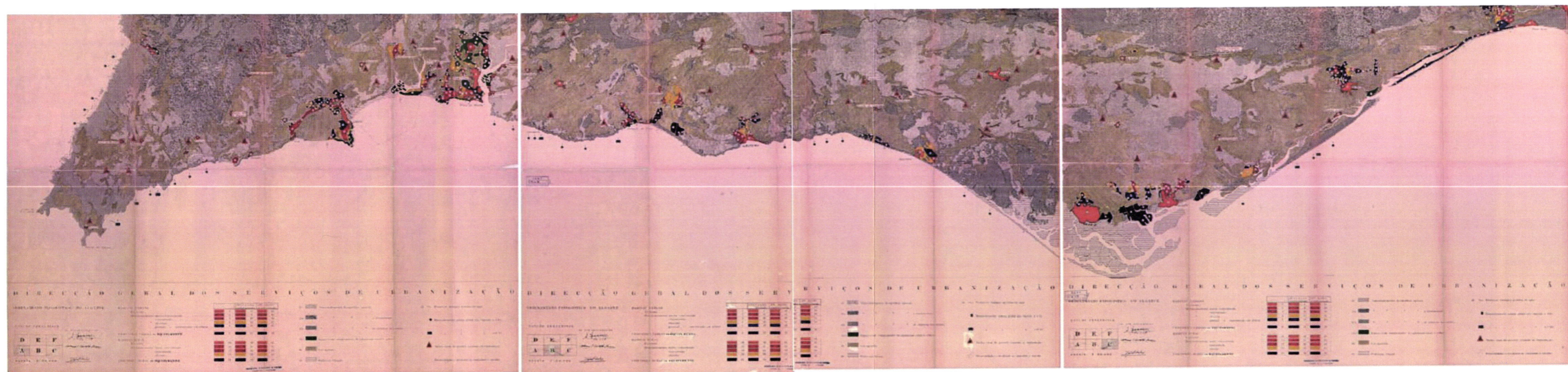
Anexo 7 – Carta Hidrogeológica – adaptado da carta Hidrogeológica da Orla Algarvia, na escala de 1/100.000 (DGADR, 2014)



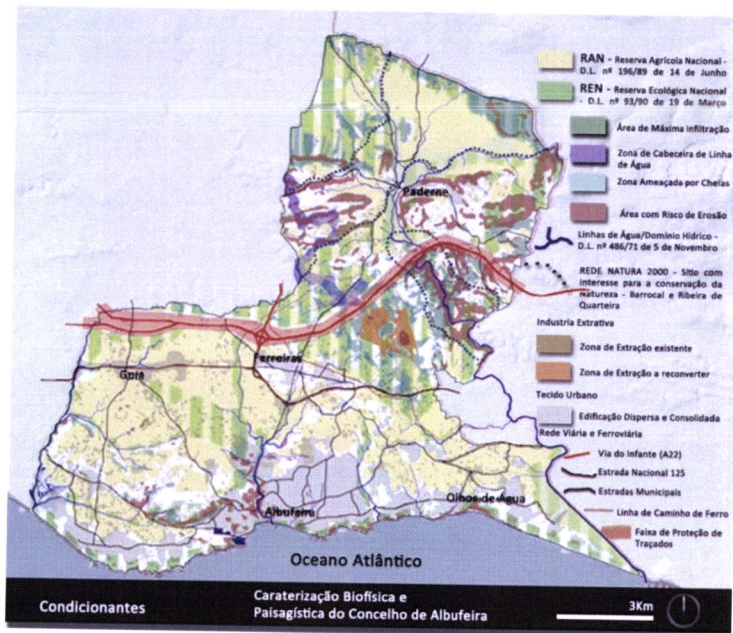
Anexo 8 – Zonamento sumário, Plano de Valorização Turística do Algarve, Paulo Cunha, 1963 (imagem CUNHA, Paulo de Carvalho, Plano de Valorização Turística do Algarve: Estudo preliminar, Lisboa, SNI/Gabinete de Estudos e Planeamento Turístico, 1963).



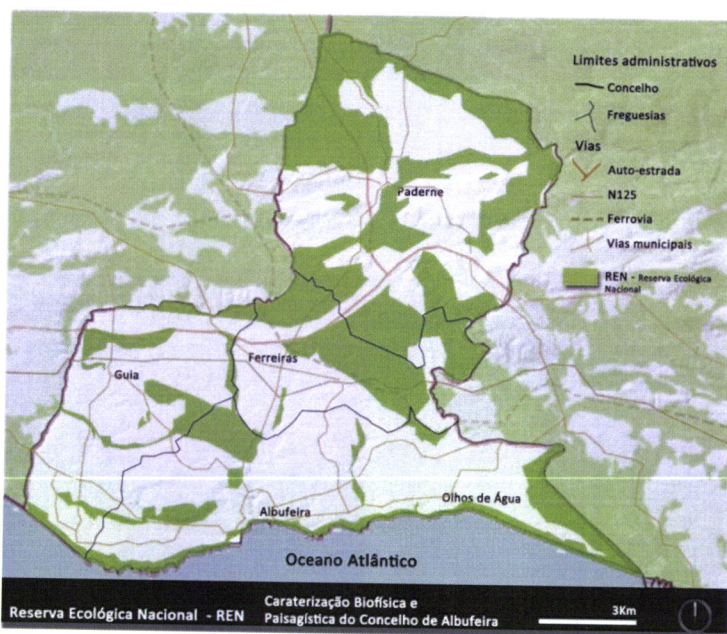
Anexo 9 - Piano Regionale del Algarve, studio Generale per la Tutela e la Valorizzazione Turistico della Fascia Meridionale, Luigi Dodi, 1966 (imagem Arquivo DGOTDU)



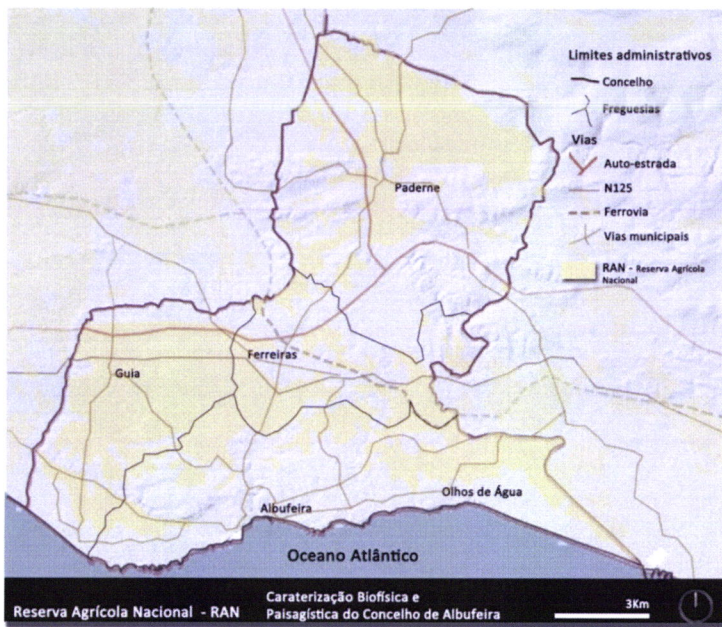
Anexo 10 - Direcção Geral dos Serviços de Urbanização Ordenamento Paisagístico do Algarve Estudo Preliminar, A. Viana Barreto, D. Castello-Branco e A. Ponce Dentinho, 1967 (imagem Arquivo DGOTDU)



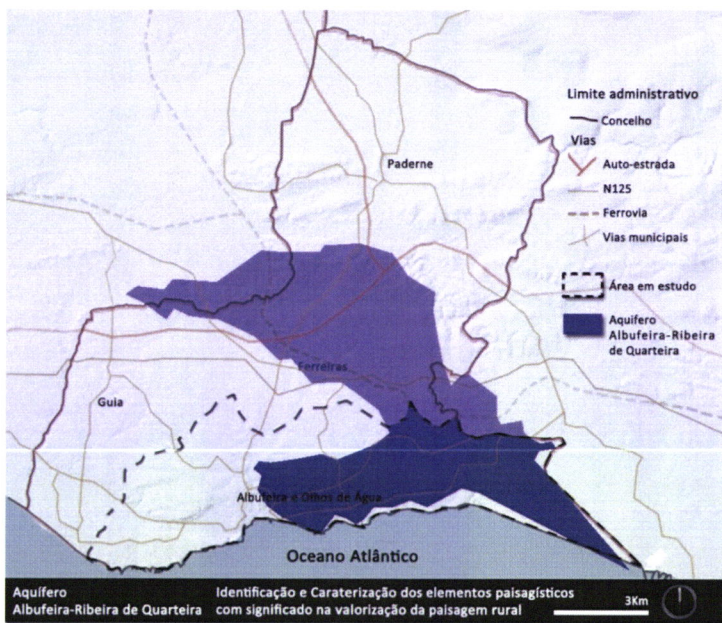
Anexo 11 – Carta de Condicionantes – Adaptado do PDM (CMA, 2008).



Anexo 12 – Carta de REN – adaptado do PDM (CMA, 2008).



Anexo 13 – Carta de RAN – adaptado do PDM (CMA, 2008).



Anexo 14 - Enquadramento geográfico do Sistema Aquífero Albufeira-Ribeira de Quarteira (adaptado Almeida *et al.* 2000)